

De 04 a 07 de novembro de 2025

Entre ideias:
Caderno de Resumos do XV
Seminário Interno do Programa de
Pós-Graduação em Filosofia (UFG)

Arthur Brito Neves
Fernanda Azevedo Silva
Gabriela Carvalho Carneiro
Vinicius Araujo da Silva Nascimento

(organizadores)



Universidade Federal de Goiás

Universidade Federal de Goiás

Reitora

Angelita Pereira de Lima

Vice-Reitor

Jesiel Freitas Carvalho

Diretor da Faculdade de Filosofia

Anderson Borges de Paula

Coordenador do Programa de
Pós-Graduação em Filosofia

Renato Moscateli

Comitê filosófico

Adriana Delbó Lopes

Renato Moscateli

Comissão organizadora

Arthur Brito Neves

arthur_brito@ufg.br

Fernanda Azevedo Silva

nandazfe@gmail.com

Gabriela Carvalho Carneiro

carvalhocarneirogabriela@gmail.com

Vinicius Araujo da Silva Nascimento

viniciusnascimento@discente.ufg.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

XV Seminário Interno do Programa de Pós-Graduação
em
Filosofia (UFG) : (11. : 2025 : Goiás, GO)
Entre ideias : caderno de resumos do XV Seminário
Interno do Programa de Pós-Graduação em Filosofia
(UFG) [livro eletrônico] / (organizadores) Arthur
Brito Neves ... [et al.]. -- 1. ed. -- Goiânia, GO :
Ed. dos Autores, 2025.

PDF

Outros organizadores: Fernanda Azevedo Silva,
Gabriela Carvalho Carneiro, Vinicius Araujo da Silva
Nascimento

Vários Autores.

Bibliografia

ISBN 978-65-01-80993-9

1. Filosofia - Congressos - Brasil 2. Seminários
I. Neves, Arthur Brito. II. Silva, Fernanda Azevedo.
III. Carneiro, Gabriela Carvalho. IV. Nascimento,
Vinicius Araujo da Silva. V. Título.

25-317890.0

CDD-100

Índices para catálogo sistemático:

1. Filosofia 100

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

Colagem da capa:

1. Diógenes sentado em seu barril cercado por cães. Pintura de Jean-Léon Gérôme de 1860 (Domínio público).
2. Christine de Pisan (Domínio público).
3. Platão e Aristóteles na Escola de Atenas (1509–1510), fresco de Rafael Sanzio, na Stanza della Segnatura, nos Museus Vaticanos (Domínio público).
4. Marienkrönung, Giebelgemälde, rechte innere Tafel, Szene: Hl. Thomas von Aquin' von Gentile da Fabriano (Domínio público).
5. Johann Gottlieb Fichte (Domínio público).

ISBN 978-65-01-80993-9

© Arthur Brito Neves; Fernanda Azevedo Silva; Gabriela Carvalho Carneiro; Vinicius Araujo da Silva Nascimento (org.).

SUMÁRIO

SUMÁRIO.....	2
APRESENTAÇÃO DO SEMINÁRIO INTERNO.....	8
PROGRAMAÇÃO.....	10
RESUMO DA PALESTRA DE ABERTURA.....	14
NIETZSCHE: AS TRAMAS DA CONSTRUÇÃO MASCULINA DA MULHER.....	15
<i>Profª. Dra. Adriana Delbó Lopes.....</i>	
COMUNICAÇÕES.....	17
ENTRE A CENA E O CONCEITO: A PIEDADE NO EUTÍFRON DE PLATÃO.....	18
<i>Aline Franciele Silva Santos.....</i>	
A FILOSOFIA NAS ESCOLAS: ENTRE A LEGALIDADE E A NECESSIDADE.....	19
<i>André Rezende Soares.....</i>	
<i>Angélica Carvalho Sant'Anna.....</i>	
A NATURALIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO NA FILOSOFIA DA MENTE RADICALMENTE ENATIVISTA: ANTIRREPRESENTACIONALISMO E KNOW-HOW.....	20
<i>Arthur Augusto Alves de Oliveira.....</i>	
A INTERPRETAÇÃO DE LANGE DA ESTÉTICA TRANSCENDENTAL.....	21
<i>Arthur Brito Neves.....</i>	
O SÁBIO COMO ATOR NO ESTOICISMO.....	22
<i>Brenner Brunetto Oliveira Silveira.....</i>	
OS PREJUÍZOS DA ESCRITA NO FEDRO DE PLATÃO.....	23
<i>Bruna Moraes Esteves.....</i>	
O “EU PENSO” NA CRÍTICA E NO DIÁLOGO COM A TRADIÇÃO: A IDENTIDADE COMO FUNÇÃO SINTÉTICA.....	24
<i>Camila Mandu da Silva.....</i>	
HANNAH ARENDT E OS FEMINISMOS: O QUE NOS FAZ PENSAR A QUESTÃO DA RELACIONALIDADE?.....	25
<i>Carmelita Brito de Freitas Felício.....</i>	
DA IDENTIDADE OU ALTERIDADE DA COISA INTELIGIDA EM RELAÇÃO AO ENTE EM TOMÁS DE AQUINO.....	26
<i>Cláudio César Moreira Feitosa.....</i>	
BIOPOLÍTICA E VIDA EM FOUCAULT, DELEUZE E AGAMBEN.....	27
<i>Davi Maranhão De Conti.....</i>	
NIILISMO EM NIETZSCHE E DOSTOIÉVSKI.....	28
<i>David Miguel Costa.....</i>	
APROXIMAR-SE DE LONGE: O ENGAÑO DOS SENTIDOS E OS LIMITES DA	

LINGUAGEM MEDIANTE O ESTILO NIETZSCHEANO.....	29
<i>Douglas Miranda de Oliveira.....</i>	
REFLEXÕES SOBRE A SOBERANIA POPULAR EM ROUSSEAU: O PARADIGMA DA REPÚBLICA ROMANA.....	30
<i>Eduarda Santos Silva.....</i>	
EM FACE DE GAIA: ENFRENTANDO O ANTROPOCENO COM ARTE.....	31
<i>Eduardo Carli de Moraes.....</i>	
O NATURALISMO LINGÜÍSTICO NO “CRÁTILO” DE PLATÃO.....	32
<i>Eduardo Freitas Nascimento.....</i>	
A CRUELDADE NA AURORA DOS COSTUMES EM NIETZSCHE.....	33
<i>Éder Bruno de Araújo.....</i>	
RESPONSABILIZAR OU PERDOAR UMA CONTRAVERSÃO DO ACONTECIMENTO? UMA LEITURA ARENDTIANA DA CATÁSTROFE.....	34
<i>Emmanuel de Paula Ferreira Rocha.....</i>	
PENETRABILIDADE COGNITIVA, ESPECIALIZAÇÃO E EXPERIÊNCIA ARTÍSTICA.....	35
<i>Fernanda Azevedo Silva.....</i>	
O FILÓSOFO COMO OPERÁRIO: PARA UMA CONSTRUÇÃO MATERIALISTA DA HISTÓRIA SEGUNDO WALTER BENJAMIN.....	36
<i>Fernando Ferreira da Silva.....</i>	
A METÁFORA COMO FUNDAMENTO ESTÉTICO EM O NASCIMENTO DA TRAGÉDIA DE NIETZSCHE.....	37
<i>Gabriel Anjos da Silva.....</i>	
SENTIDO, PERCEPÇÃO E O “OCULARCENTRISMO” NA MODERNIDADE SEGUNDO MARTIN JAY.....	38
<i>Gabriel Nunes de Souza Jinkings.....</i>	
É POSSÍVEL FALAR DE UMA ALMA SIMPLES NA REPÚBLICA DE PLATÃO?.....	39
<i>Gabriela Carvalho Carneiro.....</i>	
A INFLUÊNCIA DE HOMERO NA PEDAGOGIA DE DIÓGENES DE SÍNOPE.....	40
<i>George Felipe Bernardes Barbosa Borges.....</i>	
A VIRTÙ DOS GRANDES.....	41
<i>Helder Canal de Oliveira.....</i>	
RECONHECIMENTO E IDENTIDADE RACIAL: TENSÕES ENTRE A DIALÉTICA HEGELIANA E A MARGINALIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA.....	42
<i>Ingrid Talissa Barbosa de Brito.....</i>	
PRÁXIS E VICTA ACTIVA: O PROBLEMA DO TRABALHO EM KARL MARX E HANNAH ARENDT.....	43
<i>Joaquim Onofre Silva Neto.....</i>	
AUTOCONSCIÊNCIA EM FICHTE NA DOCTRINA DA CIÊNCIA DE 1794/1795.....	44
<i>Jonathan Postau Marques.....</i>	
TOMÁS DE AQUINO E A INTELECÇÃO DA ESSÊNCIA.....	45
<i>Josué Vinícius Silva Castilho.....</i>	

A EXCITABILIDADE DAS IMAGENS PORNOGRÁFICAS A PARTIR DE JUDITH BUTLER.....	46
<i>Joyce H Santos de Moraes.....</i>	
A CRÍTICA HISTÓRICO-FILOLÓGICA DA MORAL EM HUMANO, DEMASIADO HUMANO.....	47
<i>Júlio César Ferreira de Matos Freitas.....</i>	
DROMOCRACIA E CRONOPOLÍTICA: AS RELAÇÕES ENTRE VELOCIDADE, TEMPO E POLÍTICA NA OBRA DE PAUL VIRILIO.....	48
<i>Kaíque Agostinetti.....</i>	
DA MORAL KANTIANA FRENTE AO HOLOCAUSTO.....	49
<i>Larissa Broedel Melo.....</i>	
PRAZER E EUDAIMONIA NO PRIMEIRO TRATADO DO PRAZER.....	50
<i>Leandra Machado de Oliveira Lobato Isecke.....</i>	
CONTRASTES ENTRE LOUCURA E NORMALIDADE: APONTAMENTOS A PARTIR DE NIETZSCHE.....	51
<i>Lucas Romanowski Barbosa.....</i>	
CONTRIBUIÇÕES DO MATRIARCADO ARCAICO DE BACHOFEN AOS ESCRITOS DE NIETZSCHE SOBRE AS MULHERES.....	52
<i>Luciene Marques de Lima.....</i>	
QUANDO A VIDA SE DESVIA: CANGUILHEM E A PEDAGOGIA DO MONSTRO.....	53
<i>Marcos Bruno Silva.....</i>	
PHRONESIS E CIÊNCIAS SOCIAIS: UMA REVISÃO DE LITERATURA.....	54
<i>Matheus Gabriel Barbosa.....</i>	
(RE)PENSAR O PARALELISMO EM ESPINOSA: UMA DISCUSSÃO SOBRE LINHAS, PONTOS E CONTÍNUO.....	55
<i>Maykel Mizael de Paiva.....</i>	
ENTRE ARCOS, FLECHAS E GUERRAS: AS SOCIEDADES INDÍGENAS DE TODOS UNS.....	56
<i>Maxury Milena Morene.....</i>	
CORPO E BIOFILOSOFIA.....	57
<i>Nélio Borges Peres.....</i>	
A TENSÃO APOLÍNEO-DIONISÍACA NA ESCRITURA CLARICIANA: CONSIDERAÇÕES INICIAIS DE UMA LEITURA FILOSÓFICA.....	58
<i>Octavio Augusto Ferreira Soares.....</i>	
O PROBLEMA METAFÍSICO DA LIBERDADE NA CRÍTICA DA RAZÃO PURA.....	59
<i>Paola Dias Bauche.....</i>	
HANNAH ARENDT E A CRÍTICA AO PENSAMENTO ENGAJADO.....	60
<i>Paulo Ricardo Gontijo Loyola.....</i>	
REFLEXÕES SOBRE O CONCEITO DE VERDADE: ARTICULAÇÃO DA ADEQUATIO DE TOMÁS DE AQUINO E O SABER ABSOLUTO DE HEGEL.....	61

<i>Robson Caixeta Silva</i>	
SOBRE O LIVRO III DO ENSAIO ACERCA DO ENTENDIMENTO HUMANO DE JOHN LOCKE.....	62
<i>Ronaldo José Moraca</i>	
O TRABALHO COMO UNIDADE DA VIDA ÉTICA NO HEGEL DE JENA.....	63
<i>Sabrina Paradizzo Senna</i>	
O HOMEM DE MASSA E OS MOVIMENTOS TOTALITÁRIOS, UMA LEITURA A PARTIR DE HANNAH ARENDT.....	64
<i>Samarone de Oliveira Lopes</i>	
FOUCAULT E SUELI CARNEIRO: PODER E RACIALIDADE NAS INSTITUIÇÕES BRASILEIRAS.....	65
<i>Suyane Quirino de Melo</i>	
EDUCAÇÃO, POLÍTICA EDUCACIONAL E ENSINO DE FILOSOFIA: CONTRIBUIÇÕES ESPINOSANAS PARA UMA EMENDA DEMOCRATIZANTE.....	66
<i>Victor Fiori Augusto</i>	
DE KANT À HANNAH ARENDT: O MAL RADICAL.....	67
<i>Vinicius Araujo da Silva Nascimento</i>	
VERDADE E GENEALOGIA À LUZ DO PENSAMENTO MADURO DE NIETZSCHE.....	68
<i>Vinicius Ferreira Borges</i>	
O PROBLEMA DA PREDICAÇÃO DO ENTE EM JOÃO DUNS SCOTUS.....	69
<i>Wallece José Silva Lima</i>	
ABAIXANDO PARA PEGAR O PODER - UM DIÁLOGO ENTRE HANNAH ARENDT E OS YIPPIES NO PALCO COMBATIVO DOS ANOS 1960.....	70
<i>Wander Arantes de Paiva Segundo</i>	
TEOLOGIA HERÉTICA E ESTÉTICA CRÍTICA: A QUESTÃO DAS PROMESSAS NA ARTE CONTEMPORÂNEA SEGUNDO WALTER BENJAMIN.....	71
<i>Ysnay Barbosa Santos</i>	

APRESENTAÇÃO DO SEMINÁRIO INTERNO

O *Seminário Interno* do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Goiás (PPGFiL-UFG) é um evento anual que visa, por meio da exposição e do debate, aprimorar as pesquisas realizadas pelas(os) discentes do PPGFiL e dos acadêmicos externos que desejam contribuir com apresentações e debates filosóficos. Nesse evento, discentes apresentam suas pesquisas em andamento e recebem comentários e sugestões de docentes e colegas da UFG. Neste ano, especialmente, o Seminário recebeu o título de *Entre ideias* e comemora sua XV edição, consolidando e confirmando a excelência da pesquisa filosófica na UFG.

O evento possui um triplice aspecto formativo. Em primeiro lugar, é um espaço de diálogo entre pesquisadores, plateia e corpo docente. Em segundo lugar, é um espaço de formação da escuta acadêmica. Em terceiro, é um espaço de revisão e aprofundamento de hipóteses. No que diz respeito à relevância para o público acadêmico e comunidade em geral, deixa-se entrever na quantidade robusta de pesquisas, neste ano, com cinquenta e quatro apresentações.

É um objetivo fundamental do Seminário abarcar as quatro linhas de pesquisa do PPGFiL: i) Ética e Filosofia Política; Lógica e Filosofia da Linguagem; iii) Metafísica e Teoria do Conhecimento; e iv) Estética e Filosofia da Arte. Essa diversidade tem como objetivo atingir os mais diversos horizontes filosóficos disponíveis à reflexão humana. Para aumentar sua abrangência e relevância, o XV Seminário Interno também contou com a participação de discentes de outros programas de pós-graduação em filosofia. Tal abertura à participação externa permitiu uma interação interinstitucional desse campo de pesquisa no Brasil.

Neste volume, encontram-se os resumos das pesquisas que foram apresentadas no XV Seminário Interno. Ao disponibilizar tal volume, a Comissão Organizadora almeja divulgar a pesquisa filosófica que abrilhantou essa edição do evento. Aos leitores interessados em aprofundar-se em algum dos temas abordados, junto aos resumos das apresentações encontra-se o e-mail para contato com o(a) pesquisador(a) responsável pela apresentação em questão.

Por fim, a Comissão Organizadora agradece a contribuição de cada discente e estende o convite aos leitores para que participem das próximas edições do Seminário Interno.

A Comissão Organizadora

PROGRAMAÇÃO

04/11 – terça-feira

10:00 – Abertura do Seminário Interno – palestra de abertura com a professora Dr. Adriana Delbó.

Turno vespertino – Mesa 1

Comunicações

14:00 – A virtù dos grandes – Helder Canal de Oliveira.

14:30 – Biopolítica e vida em Foucault, Deleuze e Agamben – Davi Maranhão De Conti.

15:00 – Foucault e Sueli Carneiro: poder e racialidade nas instituições brasileiras – Suyane Quirino de Melo.

15:30 – Coffee break.

16:00 – Dromocracia e Cronopolítica: as relações entre velocidade, tempo e política na obra de Paul Virilio – Kaíque Agostineti.

16:30 – Reflexões sobre a soberania popular em Rousseau: o paradigma da república romana – Eduarda Santos Silva.

Turno noturno – Mesa 2

Comunicações

18:00 – Teologia herética e estética crítica: a questão das promessas na arte contemporânea segundo Walter Benjamin – Ysnay Barbosa Santos.

18:30 – O filósofo como operário: para uma construção materialista da história segundo Walter Benjamin – Fernando Ferreira da Silva.

19:00 – Penetrabilidade cognitiva, especialização e experiência artística – Fernanda Azevedo Silva.

19:30 – Sentido, percepção e o “ocularcentrismo” na modernidade segundo Martin Jay – Gabriel Nunes de Souza Jinkings.

20:00 – Em face de Gaia: enfrentando o Antropoceno com Arte – Eduardo Carli de Moraes.

05/11 – quarta-feira

Turno matutino – Mesa 3

Comunicações

08:00 – A crítica histórico-filológica da moral em *Humano, Demasiado Humano* – Júlio César Ferreira de Matos Freitas.

08:30 – Verdade e genealogia à luz do pensamento maduro de Nietzsche – Vinícius Ferreira Borges.

09:00 – Contribuições do matriarcado arcaico de Bachofen aos escritos de Nietzsche sobre as mulheres – Luciene Marques de Lima.

09:30 – Coffee break.

10:00 – A crueldade na aurora dos costumes em Nietzsche – Éder Bruno de Araújo.

10:30 – Contrastes entre loucura e normalidade: apontamentos a partir de Nietzsche – Lucas

Romanowski Barbosa.

11:00 – Niilismo em Nietzsche e Dostoiévski – David Miguel Costa.

Turno vespertino – Mesa 4

Comunicações

14:00 – A tensão apolíneo-dionisíaca na escritura clariciana: considerações iniciais de uma leitura filosófica – Octavio Augusto Ferreira Soares.

14:30 – A metáfora como fundamento estético em *O Nascimento da Tragédia* de Nietzsche – Gabriel Anjos da Silva.

15:00 – Aproximar-se de longe: o engano dos sentidos e os limites da linguagem mediante o estilo nietzschiano – Douglas Miranda de Oliveira.

15:30 – Coffee break.

16:00 – Autoconsciência em Fichte na *Doutrina da Ciência* de 1794/1795 – Jonathan Postaué Marques.

16:30 – O “Eu penso” na Crítica e no diálogo com a tradição: a identidade como função sintética – Camila Mandu da Silva.

17:00 – A interpretação de Lange da Estética Transcendental – Arthur Brito Neves.

Turno noturno – Mesa 5

Comunicações

18:00 – O trabalho como unidade da vida ética no Hegel de Jena – Sabrina Paradizzo Senna.

18:30 – Reflexões sobre o conceito de verdade: articulação da *adequatio* de Tomás de Aquino e o Saber absoluto de Hegel – Robson Caixeta Silva.

19:00 – Reconhecimento e identidade racial: tensões entre a dialética hegeliana e a marginalização contemporânea – Ingrid Talissa Barbosa de Brito.

19:30 – Coffee break.

20:00 – Da moral kantiana frente ao Holocausto – Larissa Broedel Melo.

20:30 – De Kant à Hannah Arendt: o mal radical – Vinícius Araújo da Silva.

21:00 – O problema metafísico da liberdade na *Crítica da Razão Pura* – Paola Dias Bauce.

06/11 – quinta-feira

Turno matutino – Mesa 6

Comunicações

08:00 – A influência de Homero na pedagogia de Diógenes de Sínope – George Felipe Bernardes Barbosa Borges.

08:30 – O sábio como ator no estoicismo – Brenner Brunetto Oliveira.

09:00 – É possível falar em unidade da alma na *República* de Platão? – Gabriela Carvalho Carneiro.

09:30 – Coffee break.

10:00 – (Re)pensar o paralelismo em Espinosa: uma discussão sobre linhas, pontos e contínuo – Maykel Mizaél de Paiva.

10:30 – Educação, política educacional e ensino de filosofia: contribuições espinosanas para uma emenda democratizante – Victor Fiori Augusto.

11:00 – Sobre o Livro III do *Ensaio Acerca do Entendimento Humano* de John Locke – Ronaldo José Moraca.

Turno vespertino – Mesa 7

Comunicações

14:00 – O naturalismo linguístico no *Crátilo* de Platão – Eduardo Freitas Nascimento.

14:30 – Os prejuízos da escrita no *Fedro* de Platão – Bruna Moraes Esteves.

15:00 – Entre a cena e o conceito: a piedade no *Eutífron* de Platão – Aline Franciele Silva Santos (online).

15:30 – Prazer e *eudaimonia* no primeiro tratado do prazer – Leandra Machado de Oliveira Lobato Isecke (online).

Turno noturno – Mesa 8

Comunicações

18:00 – Da identidade ou alteridade da coisa inteligida em relação ao ente – Cláudio César Moreira Feitosa.

18:30 – O problema da predicação do ente em João Duns Scotus – Wallece José Silva Lima.

19:00 – Tomás de Aquino e a intelecção da essência – Josué Vinícius Silva Castilho.

07/11 – sexta-feira

Turno matutino – Mesa 9

Comunicações

08:00 – A excitabilidade das imagens pornográficas a partir de Judith Butler – Joyce H. Santos de Moraes (talvez seja melhor colocar junto com Estética).

08:30 – Corpo e biofilosofia – Nélio Borges Peres.

09:00 – Entre arcos, flechas e guerras: as sociedades indígenas de todos uns – Maxury Milena Morene.

09:30 – *Phronesis* e Ciências Sociais: uma revisão da literatura – Matheus Gabriel Barbosa.

10:00 – Coffee break.

10:30 – A filosofia nas escolas: entre a legalidade e a necessidade – Angélica Carvalho Sant'Anna.

11:00 – Quando a vida se desvia: Canguilhem e a pedagogia do monstro – Marcos Bruno Silva.

11:30 – A naturalização da informação na Filosofia da Mente radicalmente enativista: antirrepresentacionalismo e *know-how* – Arthur Augusto Alves de Oliveira.

Turno vespertino – Mesa 10

Comunicações

14:00 – Abaixando para pegar o poder – um diálogo entre Hannah Arendt e os Yippies no palco combativo dos anos 1960 – Wander Arantes de Paiva Segundo (online).

14:30 – Hannah Arendt e a crítica ao pensamento engajado – Paulo Ricardo Gontijo Loyola.

15:00 – O homem de massa e os movimentos totalitários: uma leitura a partir de Hannah Arendt – Samarone de Oliveira Lopes.

15:30 – Coffee break.

16:00 – *Práxis* e *Vita Activa*: o problema do trabalho em Karl Marx e Hannah Arendt – Joaquim Onofre Silva Neto.

16:30 – Responsabilizar ou perdoar uma contraversão do acontecimento? Uma leitura arendtiana da catástrofe – Emmanuel de Paula Ferreira Rocha.

17:00 – Hannah Arendt e os feminismos: o que nos faz pensar a questão da relacionalidade?

Turno noturno

Encerramento e confraternização.

RESUMO DA PALESTRA DE ABERTURA

NIETZSCHE: AS TRAMAS DA CONSTRUÇÃO MASCULINA DA MULHER

Profa. Dra. Adriana Delbó Lopes

delbo@ufg.br

Neste trabalho apresento a interpretação que realizei de quatro aforismos de Nietzsche em *A Gaia Ciência*, quais sejam: o aforismo 60, 68, 72 e 119. O motivo desta seleção se deve à minha compreensão de que estes aforismos são exemplares para percebermos os movimentos desenvolvidos por Nietzsche quando a questão tratada por ele perpassa as ideias de mulheres e sobre mulheres. Nestes casos, a questão indispensável tem a ver com quem fala sobre as mulheres, quem define para elas funções e virtudes, quem, afinal, inventa tudo aquilo que é propagado e cultivado como mulher e como isso é feito.

O aforismo 60 de *A Gaia Ciência* é um monólogo de um homem atormentado pelo próprio mundo agitado que ele criou. O ideal da mulher tranquila, por sua vez, é uma visão sua decorrente da necessidade por calma e silêncio, por uma realidade complementar, um “outro Eu”, que oferte um tipo de felicidade demandada pelos homens.

O aforismo 68, intitulado “Vontade e docilidade”, vejo como uma provocação de Nietzsche quanto ao fato de a educação ter sido imposta como obrigação para as mulheres. Entretanto, por causa do que elas são capazes de fazer com isso, tal função é motivo de discussão entre os homens, que as avaliam a partir de estarem ou não satisfeitos com o modo como se dá a realização da tarefa. O que identifico no aforismo 68 não são ideias de Nietzsche na boca dos personagens que durante todo o texto avaliam as mulheres – se elas fazem bem a obrigação que os homens lhes conferiram; se elas estragaram ou não os jovens; se elas são reduzidas ao que os homens fazem com elas. Nem Nietzsche nem as mulheres fazem coro ao que os homens se dedicam – à discussão sobre as mulheres. O jovem educado pelas mulheres, objeto da avaliação, não se desgasta com o sábio que tenta avaliá-lo, mas também não lhe dá poder. Assim, no episódio que Nietzsche cria, a obra das mulheres se faz presente e é um jovem educado por elas que não se curva à sedução de ser fazer adequado. Muito pelo contrário, ele parece ser mobilizado mais pelo sentimento de *páthos* da distância.

O aforismo 72, intitulado “As mães”, é outro que desmascara a interferência prejudicial do universo masculino no poder feminino. Nietzsche compara a maternidade entre as mães humanas e a maternidade entre as fêmeas dos demais animais. Esta é sua estratégia para denunciar a derrocada do poder feminino de criação, visto a maternidade entre humanos sofrer a interferência da cultura masculina e, portanto, ser meio para o estabelecimento de deveres e de obrigações para o gênero feminino. Enquanto as demais fêmeas, pela gestação e pelo parto de novas vidas, têm poder sobre a obra, tal como artistas criadores, a maternidade entre os humanos não gera experiências de poder, pois ao serem mães e maternas, as mulheres passam pela exploração decorrente da demanda do cuidado de seus filhos para o mundo cujos valores e regras são obras masculinas.

Por fim, no aforismo 119 de *A gaia ciência*, as mulheres são exemplos de pessoas que se transformam em altruístas. Consequentemente, têm a vida desperdiçada no que diz respeito à potência para a elaboração de si, porque altruístas se transformam na função a eles atribuída. No caso das mulheres, aquilo que falta nos homens é compensado pelo que passa a ser encarado como função delas, daí o efeito do altruísmo, de gerar adequação e satisfazer a necessidade de algumas vidas viverem “em função”. O que Nietzsche faz no aforismo não é a

defesa de que as mulheres sejam ou devam ser altruístas, mas a denúncia de que, naquilo que é bem avaliado, tal como o altruísmo, o que existe são relações de oferta e de atendimento que promovem a sensação de importância, encaixe, adaptação. O altruísmo nada mais é do que a mobilização exclusiva do instinto de conservação, e, simultaneamente, obstáculo ao amor próprio e à auto elaboração. Os altruístas são produto de uma moral, de uma avaliação localizada e interessada.

Nos aforismos supracitados, está envolvido o estilo de Nietzsche que desencoberta o processo de elaboração de ilusões e ideais que passam a ser critérios de avaliação da mulher e, neste sentido, ele ocupa um papel fundamental tanto para a análise das tradições quanto para evidenciar os mecanismos de criação de arquétipos direcionados ao sexo feminino. Não é Nietzsche o misógino, porque as falas, avaliações e estratégias dos personagens não são opiniões dele. Não obstante, nas entrelinhas e tramas deixadas em seus aforismos, ele contribui para vasculharmos os vestígios do poder masculino que ainda exerce um grande efeito sobre as mulheres, minando o poder feminino de autocriação.

COMUNICAÇÕES

ENTRE A CENA E O CONCEITO: A PIEDADE NO EUTÍFRON DE PLATÃO

Aline Franciele Silva Santos

alinefranciele01@gmail.com

Resumo: O objetivo desta comunicação é mostrar como a forma dramática do Eutífron (lugar, tempo, personagens e vínculo com a pólis) condiciona, orienta e limita a investigação definicional sobre a piedade (*to hosion*). Sustento duas hipóteses articuladas: (i) o diálogo encena uma crítica à religiosidade tradicional ateniense, evidenciando tensões entre mito, prática ritual e justificação normativa; (ii) a própria encenação opera como defesa indireta de Sócrates, ao deslocar o foco de consensos rituais para critérios racionais. Metodologicamente, proponho uma leitura integrada: (a) descrição dos dispositivos dramáticos (Stoa Basileios e seu peso jurídico-religioso; perfil do mántis Eutífron; temporalidade do processo; ironia socrática); (b) exame das cinco tentativas de definição à luz das exigências socráticas explicitadas em 5c–d (unidade, identidade, universalidade e contrariedade), mostrando como os impasses decorrem de condições dramáticas específicas (dissenso divino; relacionalidade do “ser amado”; circularidade; economia de preces e sacrifícios). Argumento, por fim, que o chamado “dilema de 10a–11b” não oferece uma nova definição, mas um teste de prioridade explicativa que desqualifica “ser amado por todos os deuses” como critério essencial. O resultado é uma visão coesa em que o “drama” não é moldura literária, e sim operador epistemológico do diálogo, integrando filologia, filosofia da linguagem e filosofia da religião para elucidar a aporia final.

Palavras-chave: Platão; Eutífron; piedade; forma dramática; elenchos.

A FILOSOFIA NAS ESCOLAS: ENTRE A LEGALIDADE E A NECESSIDADE

André Rezende Soares

Angélica Carvalho Sant'Anna

profa.angelicaa@gmail.com

Resumo: Na atual legislação brasileira, não há um descritivo exato sobre a presença do ensino de filosofia na educação básica. Essa ausência abre espaço para que escolas removam a disciplina de filosofia de algumas séries do ensino básico, ou diminuam sua carga-horária. Além disso, a lei compreende a área das ciências humanas como sendo integrada por história, geografia, sociologia e filosofia. A palavra “integrada”, segundo interpretações, abriria espaço para que qualquer profissional da área de humanidades se faça imediatamente habilitado a ministrar aulas de filosofia – mas não o contrário!

Palavras-chave: ensino de filosofia; hermenêutica jurídica; filosofia da ciência; filosofia da linguagem; história da filosofia.

A NATURALIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO NA FILOSOFIA DA MENTE RADICALMENTE ENATIVISTA: ANTIRREPRESENTACIONALISMO E KNOW-HOW

Arthur Augusto Alves de Oliveira

arthuraugusto@discente.ufg.br

Resumo: No interior do contemporâneo campo da Filosofia da Mente corporificada, uma abordagem autodenominada “Enativismo Radical”, desenvolvida pelos pensadores Daniel D. Hutto e Erik Myin, constrói afirmações fortes sobre a impossibilidade de naturalização de uma das noções mais populares nos estudos tradicionais sobre cognição, o de representações mentais com conteúdo. Partindo de um naturalismo forte, investigam o chamado “problema difícil do conteúdo”, que revela uma lacuna explicativa para a naturalização da epistemologia tradicional sobre informação. Eles enxergam que a noção cientificamente viável de “informação como covariância” não é suficiente para explicar as estruturas cognitivas envolvidas na extração e codificação informacional pressupostas nas teorias sobre representações mentais; ou ao menos não naquela cognição básica que envolve a interação direta do sistema cognitivo individual com seu ambiente imediato. Assim, as representações mentais com conteúdos proposicionais e condições de verdade, pensadas tradicionalmente como a unidade mínima da estrutura cognitiva da mente, são abandonadas como conceitos inaturalizáveis na dimensão neuro-bio-ecológica dos agentes cognitivos. Essa crítica leva a necessidade de reestruturar, agora naturalisticamente, as bases da epistemologia informacional da cognição, o que é feito através da abordagem transdisciplinar do Enativismo. Colhendo insights de vários campos, essa abordagem compreende o caráter fundamentalmente dinâmico e ativo da cognição básica, que emerge das dinâmicas interativas bi causais, corporificadas e situadas, de um organismo precário no seu ambiente circundante. Na análise de uma cognição que, ao invés de possibilitar a ação, é ela mesma a própria ação, os pensadores compreendem o fundamento das estruturas cognitivas básicas como a sensibilidade sensorio-motora, orientada para ação, de informação ambiental não-representacional autogerada; ou como é normalmente apresentada, o know-how prático dos organismos situados. Esta apresentação perpassa o percurso da crítica a noção tradicional de representação até a construção da noção enativista de know-how.

Palavras-chave: informação; representações mentais; enativismo Radical.

A INTERPRETAÇÃO DE LANGE DA ESTÉTICA TRANSCENDENTAL

Arthur Brito Neves

arthur_brito@ufg.br

Resumo: Esta apresentação analisa a interpretação que F. A. Lange faz da Estética Transcendental de Kant. Na primeira parte, discuto a crítica geral de Lange ao que ele chama de método dogmático de Kant, contrastando-o com a abordagem empírica da fisiologia e da psicologia. Na segunda parte, examino o que Lange considera a conclusão equivocada do método kantiano: a noção de que o espaço é uma forma pura existente independentemente de qualquer sensação — conceito que ele denomina de “forma pronta” (*fertige Form*). Lange sustenta que a representação espacial depende sempre das sensações, afirmando que “a representação do espaço é determinada pelas nossas próprias sensações”, processo intimamente ligado às atividades de nossos órgãos sensoriais.

Palavras-chave: F. A. Lange; Immanuel Kant; História do materialismo; estética transcendental; espaço.

O SÁBIO COMO ATOR NO ESTOICISMO

Brenner Brunetto Oliveira Silveira

brennerfilosofia@discente.ufg.br

Resumo: Esta comunicação investiga a metáfora do ator no estoicismo antigo como forma de pensar a figura do sábio e sua relação com os papéis sociais, a ação deliberada e a liberdade interna. Partindo de testemunhos sobre Zenão e Ariston — além de passagens de Sêneca, Epicteto e Marco Aurélio, iremos focar, principalmente, na doutrina dos quatro papéis (personae) atribuída a Panécio de Rodes, transmitida por Cícero em seu *De Officiis*. A metáfora teatral — recorrente no estoicismo — descreve a vida como um drama em que cada indivíduo deve representar adequadamente os papéis que lhe são dados pela natureza e pelo destino. Panécio sistematiza essa teoria ao distinguir quatro papéis que se conformam aos deveres (kathēkonta): (1) a natureza comum racional, que fundamenta o pertencimento cosmopolita; (2) a natureza individual, composta pela natureza psicossomática e pelos talentos e inclinações do sujeito; (3) os papéis decorrentes de circunstâncias externas, como família e posição social; e (4) a vocação livremente escolhida. A análise proposta examina como esta teoria integra a metáfora do ator ao núcleo normativo da ética estóica, ao mostrar que a excelência moral consiste em harmonizar tais papéis sob a direção da razão e da virtude. Além de apresentar os fundamentos dessa interpretação, discute-se sua relevância para o conceito estóico de dever, virtude e vida conforme a natureza.

Palavras-chave: estoicismo; ética; ator; dever; virtude.

OS PREJUÍZOS DA ESCRITA NO FEDRO DE PLATÃO

Bruna Morais Esteves

bruanmrs@gmail.com

Resumo: Muitas vezes os discursos, diz Sócrates a Fedro, podem assemelhar-se às pinturas que parecem vivas, mas quando interrogadas mantêm-se em silêncio (275d). É dessa forma que o discurso de Lísias sobre o desejo [eros] é recebido por Sócrates, como um amontoado de palavras que poderiam até mesmo ser colocadas em outra ordem, repetindo o mesmo sempre. Por outro lado, Sócrates é também um amante de discursos, mas busca escavar, daquilo que lhe soa agradável, algo maior que a beleza das palavras. Nesta comunicação, nos voltaremos aos prejuízos da escrita apresentados por Sócrates a um personagem que se encanta com o controle oferecido por um texto de Lísias. É no potencial de sempre apresentar as coisas claras e fixas (cf. 275c; 277d) que a escrita se consagra com certo poder que preocupa Platão. A escrita seria útil, nesse sentido, apenas para lembrar os que já sabem, mas não para despertar algo (cf. 277e-278a). E é dessa forma que aqueles que lêem um texto na esperança de aprender algo e o repetem sem questionamentos podem simplesmente dar a aparência de sábios, não o sendo de fato. A alternativa de Sócrates é, na contramão da sabedoria, a de quem se coloca entre aquilo que é visto em um primeiro momento e o que pode ser suscitado pelos discursos através dos processos de coleção e divisão. Tais processos, embora não atinjam grande certeza e clareza, podem guiar a decomposição dos discursos. Nesse momento, a tão conhecida caracterização do filósofo como aquele que deseja a sabedoria sem jamais possuí-la ressurge, sendo o filósofo também aquele que deseja ter em mãos algo maior do que seus escritos.

Palavras-chave: discursos; limites da escrita; sabedoria.

O “EU PENSO” NA CRÍTICA E NO DIÁLOGO COM A TRADIÇÃO: A IDENTIDADE COMO FUNÇÃO SINTÉTICA

Camila Mandu da Silva

camilamnd@gmail.com

Resumo: O “Eu penso” constitui um dos problemas centrais que Crítica da Razão Pura enfrenta, situando-se no cruzamento entre a substância cartesiana e o feixe de percepções humeano. Enquanto Descartes estabeleceria o eu como fundamento substancial (*res cogitans*) e Hume o dissolvia em uma sucessão de percepções desconexas, Kant reconhece a validade parcial de ambas as posições, porém supera suas limitações mediante uma investigação transcendental. Sua solução articula-se através da função sintética tripla desenvolvida na Dedução Transcendental (edição A). As sínteses de apreensão na intuição, reprodução na imaginação e reconhecimento no conceito operam em conjunto para unificar o múltiplo sensível, constituindo a trama formal da experiência. Esta estrutura sintética, possibilitada pela imaginação transcendental, responde simultaneamente à exigência cartesiana de unidade e à constatação humeana da diversidade temporal. Desse exame resulta uma conclusão decisiva: a identidade do sujeito não é um dado substancial cartesiano, nem uma ilusão humeana, mas a atividade sintética transcendental que constitui a experiência. É o fundamento que possibilita um mundo objetivo, resolvendo o impasse moderno ao redefinir radicalmente o estatuto do eu.

Palavras-chave: “Eu penso”; identidade; idealismo transcendental.

HANNAH ARENDT E OS FEMINISMOS: O QUE NOS FAZ PENSAR A QUESTÃO DA RELACIONALIDADE?

Carmelita Brito de Freitas Felício

carmelita55@ufg.br

Resumo: As primeiras interpretações feministas da obra de Hannah Arendt remontam ao final da década de 1970. As feministas norte-americanas se acercaram de sua obra - especialmente *A condição humana* - com o propósito de encontrar subsídios que pudessem reforçar a crítica feminista aos tradicionais laços e espaços simbólicos que o patriarcado atribuiu às mulheres. O resultado foi decepcionante. Arendt não questionava os traços patriarcais do pensamento ocidental, reproduzia a tradicional cisão entre público e privado e aceitava o confinamento das mulheres no âmbito privado e sua exclusão da esfera pública. Essas primeiras interpretações dão a entender que Arendt era uma antifeminista, que seria impossível uma conciliação com o pensamento feminista. O feminismo da segunda onda, no entanto, centrado na luta em torno do slogan “o pessoal é político” ofereceu a chave para impulsionar um renovado interesse pela teoria política arendtiana. A partir de uma reconsideração da ação, como espaço de relação caracterizada por uma irreduzível pluralidade e, da comunidade política que não se constitui sobre a base de uma identidade prévia e estável, passou-se a ler Hannah Arendt para além do binarismo entre falocêntrico e ginocêntrico, por possibilitar a aparição do “quem de alguém”. Assim, abriu-se um importante espaço de reflexão para o feminismo. O debate em torno de uma possível identidade feminina foi deslocado para a ênfase na diferença e na distinção, possibilitando que as pessoas sejam consideradas *sui generis* e a política um espaço onde as pessoas sejam vistas na sua irreduzível unicidade. Trata-se aqui de mostrar os desdobramentos da teoria política de Hannah Arendt à luz do pensamento de Adriana Cavarero, filósofa italiana que propõe repensar a relação entre palavra e ação, em termos de uma “ontologia da unicidade”, como vozes plurais, concebendo o político nos moldes de uma relação contextual, relacional e corporificada.

Palavras-chave: política; relacionalidade; unicidade; Hannah Arendt; Adriana Cavarero.

DA IDENTIDADE OU ALTERIDADE DA COISA INTELIGIDA EM RELAÇÃO AO ENTE EM TOMÁS DE AQUINO

Cláudio César Moreira Feitosa

stasclaudio@discente.ufg.br

Resumo: Pretendemos debruçar-nos sobre um tema muito disputado entre intérpretes a respeito da intelecção nas obras de Tomás de Aquino (1225–1274). Por ora, não queremos entrar em detalhes a respeito da noção de intelecção, somente apresentá-la como o ato pelo qual a mente humana apreende uma coisa na realidade. Não se trata apenas de captar com os olhos a forma visível de algo, ou de imaginá-lo a partir daquilo que foi captado pela visão, mas de apreender com o intelecto o ente que está fora da mente. O modo como a intelecção ocorre não é matéria simples de se dizer, na medida em que, ao lermos os textos de Tomás, não fica claro se aquilo ao qual o intelecto se volta é exatamente igual a como a coisa inteligida é no mundo externo, ou se, ao contrário, o intelecto, ao apreender algo, o faz voltando-se a algo presente na mente que não é idêntico à coisa na realidade externa. O que se discute entre os intérpretes é se aquilo que está na mente, seja a representação, seja o resultado da intelecção, possui ao menos algum elemento idêntico à coisa no mundo externo ou se, ao contrário, nada possui de idêntico a ela. A essa altura, o leitor pode ter pensado nas consequências da discussão. Uma das consequências, no âmbito da classificação teórica, é que Tomás poderia ser considerado um realista direto, caso aquilo ao qual o intelecto se dirige tenha algo de idêntico à coisa na realidade; ou ser considerado um representacionalista, caso o intelecto se volte para algo que não seja idêntico, mas distinto, da coisa. A essência da controvérsia entre os intérpretes é, precisamente, se a coisa inteligida guarda uma relação de identidade ou de alteridade com a coisa na realidade.

Palavras-chave: Tomás de Aquino; intelecção; ente; realismo direto; representacionalismo.

BIOPOLÍTICA E VIDA EM FOUCAULT, DELEUZE E AGAMBEN

Davi Maranhão De Conti

decontidavi@gmail.com

Resumo: Num primeiro momento lançar luz sobre a biopolítica em Michel Foucault, que envolve submeter a população a “algo como uma homeostase: a segurança do conjunto em relação aos seus perigos internos” (Foucault, [1975-1976], 2016, p. 209). Elucidar a distinção entre biopolítica e anatomopolítica bem como evidenciar a dupla função da vida - objeto e modelo de funcionamento - da vida em relação ao biopoder. Em seguida examinar o tratamento deleuzeano do tema da biopolítica. Considerar, para isso, não somente as poucas menções do termo por Deleuze como também o tratamento conferido por ele ao problema da vida. Para Deleuze afinal “quando o poder se torna biopoder, a resistência se torna poder da vida, poder-vital que vai além das espécies, dos meios e dos caminhos desse ou daquele diagrama. A força vinda do lado de fora – não é uma certa ideia da Vida, um certo vitalismo, em que culmina o pensamento de Foucault? A vida não seria essa capacidade da força de resistir?” (Deleuze, 2013 [1986], p. 99). Examinar finalmente, por uma ótica eminentemente crítica, a leitura agambeniana do tema, que envolve a ausência de uma definição da noção de vida a não ser por meio de sua capturabilidade nua e de sua matabilidade, o que seria consequência direta do quadro teórico agambeniano, para o qual essa indeterminação desempenha uma função constitutiva: “o conceito de vida não poderá ser verdadeiramente pensado enquanto não for desativada a máquina biopolítica que sempre já a capturou em seu interior por uma série de divisões e de articulações. Até então a vida nua pesará sobre a política ocidental como um obscuro e impenetrável resíduo sacral” (Agamben, 2017 [2014], p. 259).

Palavras-chave: biopolítica; vida; Foucault; Deleuze; Agamben.

NIILISMO EM NIETZSCHE E DOSTOIÉVSKI

David Miguel Costa

decontidavi@gmail.com

Resumo: Pretende-se neste primeiro momento, apresentar um resumo da tese em si. O projeto tem como finalidade analisar sob uma perspectiva moral, centrada na argumentação disposta em Nietzsche (1844 – 1900) acerca do niilismo, tão em voga durante a segunda metade do século 19, sendo este o tema central da discussão, além do que o filósofo chama de “morte de deus”, tão presente na problemática moral da modernidade. Como principais obras de Nietzsche, usaremos a obra Assim Falou Zaratustra (1883-1885), Genealogia da Moral (1887), além de alguns fragmentos de outras obras publicadas, mas também os fragmentos póstumos, correspondências, que são largamente utilizados como parte da averiguação e investigação filológica da obra nietzschiana. Algumas obras importantes de comentadores, como Roberto Machado (1942 – 2021), especificamente a obra Zaratustra, tragédia nietzschiana (1997) e vastos artigos de Giacoia (1954) sobre o tema do niilismo, além de outros comentadores. O intuito neste sentido é analisar em quais obras Nietzsche fala direta ou indiretamente do niilismo, os pressupostos do termo, seu desenvolvimento na sociedade e os principais conceitos nietzschianos acerca do termo.

Palavras-chave: niilismo; morte de Deus; literatura russa.

APROXIMAR-SE DE LONGE: O ENGAÑO DOS SENTIDOS E OS LIMITES DA LINGUAGEM MEDIANTE O ESTILO NIETZSCHEANO

Douglas Miranda de Oliveira

douglas_oliveira@discente.ufg.br

Resumo: Ao menos no aspecto metodológico, o recurso imagético do estilo nietzscheano, que conforma sua expressividade nas metáforas (p.ex.), nos aproxima mais dos acontecimentos, uma vez que os dispõe em termos mais terrenos e ao alcance do tato e da visão. Além disso, o esforço de induzir um outro registro de expressão, embora já se saiba incapaz de descortinar o âmago das vivências, entre as aspas e por detrás dessa filosofia - digamos -, faz despontar uma intenção que ao menos no registro da performatividade arrisca acrescentar um pouco além do que consegue a palavra escrita.

Palavras-chave: Nietzsche; estilo; imagens; sentido; linguagem.

REFLEXÕES SOBRE A SOBERANIA POPULAR EM ROUSSEAU: O PARADIGMA DA REPÚBLICA ROMANA

Eduarda Santos Silva

eduardasantos488@gmail.com

Resumo: Esta comunicação propõe analisar a república romana tal como abordada por Jean-Jacques Rousseau no Contrato Social (1762). O trabalho investiga este modelo histórico à luz da teoria da soberania popular, cujos alicerces o filósofo genebrino estabelece nesta mesma obra. Embora a admiração de Rousseau pela Antiguidade seja notória, especialmente pelo ideal de vida cívica ativa, argumentamos que Roma recebe um tratamento distinto e paradigmático. Este trabalho sustenta que o exemplo romano não é apenas ilustrativo, mas sim a principal referência histórica utilizada pelo autor para pensar a soberania em ação. A pesquisa concentra-se, em particular, no Livro IV da obra, onde Rousseau dedica um extenso capítulo aos comícios romanos. Longe de ser um mero apêndice histórico, este capítulo revela-se um estudo de caso essencial. Nele, Rousseau investiga os arranjos institucionais e as divisões do povo que permitiram à república romana preservar sua liberdade e exercer a autoridade soberana ao longo do tempo. O objetivo é, assim, analisar como o filósofo utiliza a história romana para avaliar a viabilidade de seus princípios teóricos sobre a legitimidade do poder político. Mais do que buscar simples convergências, analisamos o uso que Rousseau faz da realidade institucional de Roma para, então, explorar os limites que essa mesma realidade impõe aos princípios de legitimidade, especialmente diante dos desafios de um Estado de grandes proporções e marcado por conflitos internos. Deste modo, buscamos compreender em que medida o modelo romano, embora exaltado por Rousseau, confirma ou tensiona os princípios de legitimidade defendidos no Contrato Social.

Palavras-chave: Rousseau; república romana; soberania popular; legitimidade; Contrato Social.

EM FACE DE GAIA: ENFRENTANDO O ANTROPOCENO COM ARTE

Eduardo Carli de Moraes

eduardo.moraes@ifg.edu.br

Resumo: No debate intelectual contemporâneo, Gaia marca forte presença: proveniente da cosmogonia clássica do povo grego, tornou-se no século 20 a teoria de Lovelock e Margulis que norteia os estudos da Ciência do Sistema Terra. Neste trabalho, avalio a presença de Gaia e suas ressonâncias nas ciências humanas, sobretudo nas obras de Latour, Stengers, Viveiros de Castro, Haraway, Danowski, entre outros. Este trabalho integra tese de doutorado em curso na linha de Estética da Pós-Graduação em Filosofia da UFG que explora os vínculos entre Cinema e Antropoceno em face das catástrofes sócio-ambientais planetárias que colocam em risco toda a Teia da Vida.

Palavras-chave: Filosofia da Arte; antropoceno; cinema.

O NATURALISMO LINGUÍSTICO NO “CRÁTIL” DE PLATÃO

Eduardo Freitas Nascimento

eduardofreitas@discente.ufg.br

Resumo: O presente trabalho dedica-se à análise da tese naturalista da linguagem, conforme exposta e debatida no diálogo platônico “Crátilo”. O debate central é estabelecido entre o convencionalismo defendido por Hermógenes e o naturalismo radical de Crátilo, que postula uma conexão necessária e essencial entre o nome e a natureza (physis) do objeto nomeado. Nosso objetivo é delinear a estrutura e o desenvolvimento do argumento naturalista, mapeando os três estágios de seu desenvolvimento no diálogo. Por fim, serão expostos os argumentos refutativos que Sócrates emprega para demonstrar as inconsistências inerentes ao naturalismo de Crátilo. Argumenta-se que a crítica socrática a Crátilo, em última instância, não visa apenas refutar a tese naturalista, mas reafirmar a prioridade da ontologia sobre a linguagem, deslocando a investigação do nome para a investigação direta da própria realidade.

Palavras-chave: Platão; Crátilo; naturalismo.

A CRUELDADE NA AURORA DOS COSTUMES EM NIETZSCHE

Éder Bruno de Araújo

ederbrunox@discente.ufg.br

Resumo: Os esforços de Nietzsche (1844–1900) para discutir e destrinchar os ditos preconceitos morais foram um empreendimento de quase toda uma vida de produção literária e, a partir dessas investidas, dois conceitos relevantes em sua obra foram erigidos; a nossa intenção é explorar e discutir essas concepções sob uma luz pontual: a saber, o conceito de “crueldade” (Grausamkeit) e “costume” (Sitte), com a atenção direcionada a investigar a natureza da atuação da crueldade no nascimento e ascensão dos costumes de povos antigos, assim como os desdobramentos da manutenção dos mesmos, identificando também, quando possível, pontos de conexão entre a crueldade e outras noções pertinentes à sua obra, como vontade de poder, conhecimento e cultura. O trabalho terá como foco o livro *Aurora* (1881), com maior atenção aos aforismos 9 e 18, que serão indispensáveis para a discussão, mas outros aforismos pertinentes e obras mais maduras também serão relevantes para fornecer um panorama das definições que cerceiam esses conceitos. Em *Aurora*, Nietzsche escreve a sua definição de “Moralidade do costume” (Sittlichkeit der Sitte), pontuando, separadamente, o que é “moralidade” e o que é “costume” (§9), sem explorar a expressão como um todo. A pretensão deste trabalho é examinar e discutir de que modo os costumes são influenciados por esse impulso voltado para a crueldade, em especial nos momentos que poderíamos chamar de suas auroras, de modo que a crueldade se torna, como descrito por Nietzsche em *Ecce Homo*, ao falar da *Genealogia da Moral*, um “indelével substrato da cultura”, sendo essa perspectiva o pilar da discussão, e também a que ateia o nó conceitual entre a crueldade e o costume.

Palavras-chave: crueldade; costume; moralidade; ética.

RESPONSABILIZAR OU PERDOAR UMA CONTRAVERSÃO DO ACONTECIMENTO? UMA LEITURA ARENDTIANA DA CATÁSTROFE

Emmanuel de Paula Ferreira Rocha

emmanuel_ferreira@discente.ufg.br

Resumo: Em oposição à concepção moderna de história, a qual é reduzida às noções de progresso e de uma teleologia que inibe a ação humana, Arendt busca resgatar a dignidade do conceito de acontecimento na leitura da história feita pelos gregos. Segue-se disso que o “tema da história são essas interrupções” (Arendt, 2022, p. 94), os feitos e palavras extraordinárias que iniciavam algo novo e imortalizavam (*ἀθανατίζειν*, *athanatídzēin*) os seres de uma vida biológica finita (*bíos*) na vida infinita do ciclo das coisas naturais (*dzoé*). No entanto, gostaríamos de dar evidência, a partir de uma leitura da obra de Arendt, daquilo que nomeamos como uma contraversão do acontecimento: o conceito de catástrofe. Enquanto o acontecimento irrompe o ciclo natural com o ineditismo devido a liberdade humana de agir, a catástrofe emudece os conceitos e a consciência mediante um evento-limite (Seligmann-Silva, 2000), um excesso que não se pode subsumir e que manifesta o mero “horror inexprimível, no qual não se aprende nada” (Arendt, 2004, p. 85) — a exemplo da fabricação sistemática de cadáveres nas fábricas de extermínio do totalitarismo. A partir disso, investigamos os conceitos de ‘responsabilidade’ e de ‘reconciliação’ ao longo da obra de Hannah Arendt, como ferramentas conceituais e práticas em face do irrepresentável. Nossa hipótese de subsunção da catástrofe se sustenta no conceito arendtiano de ação, que valoriza a liberdade humana de iniciar algo novo mesmo que “não tenhamos os metros para medir e as regras sob quais podemos subsumir o particular” (Arendt, 1993, p. 52). Nesse sentido, destacamos a necessidade da responsabilidade pessoal que nos permite identificar e punir os culpados; do perdão, “a única reação que não re-age [re-act] apenas” (Arendt, 2020, p. 298) mas age inesperadamente e inicia algo novo; e da promessa, que instaura “ilhas de previsibilidade” (Arendt, 2020, p. 303) na obscuridade do futuro.

Palavras-chave: catástrofe; responsabilidade; reconciliação; ação; juízo.

PENETRABILIDADE COGNITIVA, ESPECIALIZAÇÃO E EXPERIÊNCIA ARTÍSTICA

Fernanda Azevedo Silva

nandazfe@gmail.com

Resumo: Certos espectadores e críticos crêem que os objetos de arte devem ser apreciados “em si mesmos”, através do cultivo de um “olhar inocente” que buscaria um contato mais direto – menos mediado por crenças – de tais objetos. A apresentação proposta visa se contrapor a essa visão através dos argumentos expostos por Dustin Stokes no artigo “Cognitive Penetration and the Perception of Art”. No texto, Stokes interpreta dados de pesquisas empíricas sobre a percepção humana e argumenta que é possível conceber certos processos visuais como influenciados por crenças e expectativas do perceptor – tese que ficou conhecida na literatura como “tese da penetrabilidade cognitiva”. Tal tese tem importantes consequências para a filosofia da ciência, filosofia da mente e estética, mas o foco da apresentação se dará nos seguintes eixos: (1) a proposta de caracterização consequencialista da penetrabilidade cognitiva por Stokes; (2) a defesa da penetrabilidade cognitiva como explicação para certos fenômenos visuais em detrimento de explicações alternativas; (3) A partir de (1) e (2), a defesa de que a especialista em arte não apenas julga de forma diferente um mesmo dado sensorial em princípio acessível a todos, mas também tem experiências perceptuais distintas da pessoa “leiga” diante de um objeto artístico. (4) Como conclusão, objetiva-se usar a experiência artística como modelo para defesa dos aspectos virtuosos e possivelmente enriquecedores da experiência humana que podem ser extraídos da concepção da experiência sensorial como cognitivamente penetrável.

Palavras-chave: percepção; penetrabilidade cognitiva; experiência de arte; especialização.

O FILÓSOFO COMO OPERÁRIO: PARA UMA CONSTRUÇÃO MATERIALISTA DA HISTÓRIA SEGUNDO WALTER BENJAMIN

Fernando Ferreira da Silva

fer13fsilva@gmail.com

Resumo: No trabalho das Passagens, a noção de montagem está no centro de um questionamento sobre o modo de exposição ou apresentação do conhecimento histórico, o qual Walter Benjamin considera nos pressupostos metodológicos reunidos no Convóluto N. Trata-se de uma preocupação com o método marxista, sobre as possibilidades de ampliar a visibilidade do materialismo histórico-dialético. Num fragmento do Convóluto N, Benjamin afirma que o primeiro passo para fomentar a visibilidade da compreensão materialista da história será aplicar a montagem à escrita da história, de modo a elaborar uma construção do passado a partir dos seus resíduos, isto é, dos elementos precários que foram desprezados e negligenciados pela tradição. Previamente à tarefa de construção ou restituição destes elementos numa nova configuração, a montagem demanda um esforço destrutivo, de interrupção ou fragmentação de uma totalidade preexistente: a história oficial, compreendida como narrativa hegemônica, estabelecida pela classe dominante e celebrada pelo historicismo. Conforme formulações presentes no trabalho das Passagens, o momento destrutivo que antecede a construção historiográfica deve arrancar a época investigada da continuidade histórica reificada, ou ainda explodir a homogeneidade com a qual o historicismo apresenta o passado. Nosso trabalho tem por objetivo analisar a historiografia materialista proposta por Walter Benjamin sublinhando a tensão entre destruição e construção do passado. Para isso, partiremos de uma comparação sugerida por Benjamin, entre o trabalho do filósofo, que se ocupa de uma construção da história, e o do operário, que lida com a construção de estruturas em ferro. Subjaz a esta comparação tanto o trato cuidadoso com os elementos que são articulados na construção, isto é, a atenção com os detalhes e pormenores como uma diretriz metodológica, quanto o objetivo de capturar, na disposição destes elementos, os aspectos mais atuais do passado, tornando-os visíveis.

Palavras-chave: montagem; visibilidade; historiografia; materialismo; destruição.

A METÁFORA COMO FUNDAMENTO ESTÉTICO EM O NASCIMENTO DA TRAGÉDIA DE NIETZSCHE

Gabriel Anjos da Silva

gabrielanjos@discente.ufg.br

Resumo: O trabalho investiga a concepção de linguagem e metáfora esboçada Nietzsche em "O Nascimento da Tragédia", analisando-a como fundamento para sua crítica à racionalidade socrática e sua proposta de uma metafísica de artista. A pesquisa demonstra que, embora a linguagem não seja o tema central da obra, ela se configura como um operador simbólico fundamental. Os conceitos de Apolo e Dioniso são examinados não como metáforas de fundação que estruturam a experiência estética. Apolo, deus da forma, do sonho e do principium individuationis, simboliza a força que confere contorno e serenidade ao caos da existência. Dioniso, deus da embriaguez e da desmedida, representa a dissolução do indivíduo no fluxo primordial da vida. A tragédia surge da tensão dinâmica entre esses polos, sendo a arte o veículo para transfigurar o sofrimento em imagem habitável. Nesse contexto, o principium individuationis é reinterpretado como uma ficção estética necessária, uma operação de linguagem que, análoga à metáfora, media o caos (Dioniso) e a forma (Apolo). A figura do artista trágico emerge como o mediador que, impulsionado pelo fundo musical dionisíaco, instaura mundos simbólicos através da aparência apolínea. Por fim, analisa-se o coro como a expressão de uma linguagem coletiva, pré-conceitual e mitopoética, que antecipa a crítica à linguagem representacional. Conclui-se que a obra inaugura um pensamento simbólico no qual a linguagem, essencialmente metafórica, é atividade criadora de sentido, redimindo a vida através da forma artística e pavimentando o caminho para as reflexões posteriores de Nietzsche sobre a natureza metafórica de todo conhecimento.

Palavras-chave: Nietzsche; metáfora; tragédia; linguagem; estética.

SENTIDO, PERCEPÇÃO E O “OCULARCENTRISMO” NA MODERNIDADE SEGUNDO MARTIN JAY

Gabriel Nunes de Souza Jinkings

gabrieljinkings17@gmail.com

Resumo: Nossa comunicação tem por objetivo discutir a análise empreendida por Martin Jay acerca do processo que consolidou a visão como o principal sentido na modernidade. A crítica de Jay à cultura moderna o leva a cunhar o conceito de “ocularcentrismo”, entendido como a valorização excessiva da visão enquanto sentido mais confiável — e, em certa medida, mais seguro — para a apreensão da verdade, em detrimento dos demais sentidos. Com base, especialmente, em seu artigo Regimes escópicos da modernidade (1988), busca-se discutir os três regimes visuais que, segundo o autor, sustentaram a centralidade da visão: o perspectivismo cartesiano, considerado o modelo hegemônico, em contraposição a dois outros que não se pretendem totalizantes e apresentam caráter fragmentário e emblemático — a pintura holandesa e, em seu extremo, o barroco, o mais reprimido dos três por propor uma visão do mundo irrepresentável ou indecifrável. A hegemonia desses regimes implica refletir sobre a posição do sujeito nas diferentes epistemologias visuais, como na oposição entre o observador transcendental e universal, que pressupõe a homogeneidade da experiência visual para qualquer sujeito situado no mesmo espaço e tempo, e o observador contingente, cuja percepção é determinada por sua posição particular e individual. A análise será conduzida a partir de exemplos de pinturas representativas desses três modelos, problematizando suas funções na compreensão da arte e da representação do mundo conforme as técnicas e os pressupostos visuais de cada regime. Por fim, propõem-se considerações não apenas sobre possíveis regimes escópicos alternativos, com o intuito de refletir sobre a superação das hierarquias visuais instauradas pela modernidade e o reconhecimento da pluralidade de formas de ver que coexistem em seu interior, mas também acerca da revalorização dos demais sentidos como modos legítimos de conhecimento e de experiência do mundo.

Palavras-chave: percepção; sentido; ocularcentrismo; modernidade; regimes visuais.

É POSSÍVEL FALAR DE UMA ALMA SIMPLES NA REPÚBLICA DE PLATÃO?

Gabriela Carvalho Carneiro

gabriela_carvalho_carneiro@discente.ufg.br

Resumo: No Livro IV da República, Platão propõe a tripartição da alma. Segundo o filósofo, os seres humanos são movidos por desejos que, muitas vezes, conflitam entre si. A existência desses conflitos é o que fundamenta a argumentação a favor da tripartição da alma em razão, ímpeto e apetite. Neste trabalho, analisar-se-á de que forma a tripartição da alma pode ser compreendida no Livro IV, da República, e se é possível falar de uma alma simples e una. Para isso, será necessária a análise do que significa se falar em “partes” de uma alma, além da análise do que significa se falar de uma alma simples. Para Shields (2001), vivenciar conflitos internos não é razão suficiente para pressupor que a alma seja tripartida. O estudioso argumenta que a escolha de x em detrimento de y não é justificável necessariamente pela existência de partes distintas da alma. Ao reconhecer que fazer x é possível para mim, posso considerar o maior prazer de x em relação a y. A ação pode ser movida, dessa maneira, pelo prazer. Sustentado nessa perspectiva, Shields (2001) alega que a alma apresentada na República não é tripartida. As almas, segundo ele, são unas, imutáveis e eternas. Essas características estão presentes nas Formas e, por isso, deve-se conceber a unidade da alma na República. Para ele, a tripartição da alma serve para evidenciar o isomorfismo entre a justiça na polis e na psyche. Neste trabalho será apresentada a argumentação de Shields (2001) acerca da unidade da alma na República. Uma argumentação que pode contrariar a perspectiva segundo a qual a alma na República é tripartida.

Palavras-chave: tripartição da alma; alma simples; *República*.

A INFLUÊNCIA DE HOMERO NA PEDAGOGIA DE DIÓGENES DE SÍNOPE

George Felipe Bernardes Barbosa Borges

georgefbborges@hotmail.com

Resumo: Diógenes de Sínope distingue a educação (παιδεία) em dois tipos, ironizando a primeira, que leva em consideração apenas o acúmulo de conhecimento (πλεῖστα γράμματα), chamando-a de brincadeira (παιδία). E não porque uma formação liberal é inútil, mas, sim, porque é insuficiente, principalmente para a liberdade e felicidade humana. A educação proposta por Diógenes passa por uma verve moral, não ligada a circunstâncias externas, mas a uma preparação do sujeito em relação aos vícios e ilusões. E com esse objetivo em mente, sua παιδεία é remodelada. Nesse sentido proposto uma leitura a partir das fontes tardias (sobretudo as pseudoepígrafes e Dião de Crisóstomo), que Diógenes opera uma falsificação na παιδεία tradicional de modo a incorporá-la em sua pedagogia filosófica. Buscamos argumentar que há ecos de Homero em seu pensamento filosófico, sobretudo no que se refere ao seu projeto pedagógico anti-intelectual, onde conteúdo e forma e os aspectos moralizantes e estéticos se sobrepõem como um só. Assim como nas construções de Homero, as anedotas cínicas, mesmo muito breves, tem seus personagens, conflitos e são frequentemente localizadas espacialmente, criando um arco dramático que culmina na exortação moral de Diógenes. A análise passa pelo resgate de Homero feito por Diógenes através de suas citações e paródias de maneira pontual, mas também elencando pontos de convergência gerais, como a importância do exemplo e a centralidade da ação.

Palavras-chave: Diógenes; pedagogia; Homero.

A *VIRTÙ* DOS GRANDES

Helder Canal de Oliveira

helder.canal@ifmt.edu.br

Resumo: É muito comum as pessoas considerarem que um bom político deve ser uma pessoa ética, que é entendida como fixa. Nesse sentido, um bom político é uma pessoa honesta, leal, responsável, que cumpre a palavra dada, que pensa no bem comum acima dos interesses privados etc. Porém, na práxis política nem sempre é possível manter uma postura ética tal como a maioria das pessoas a entendem. Isso é demonstrado por Maquiavel em seus escritos, por exemplo, quando ele fala que quando as leis humanas não bastam, um bom político deve recorrer à força e à astúcia, espelhando-se no leão e na raposa, pois o primeiro é forte, mas não consegue escapar das armadilhas, ao passo que o segundo não consegue se proteger dos lobos, mas é sagaz para escapar dos laços. Por ter essa posição, muitas pessoas consideram que Maquiavel é um teórico da argúcia, da mentira, da enganação, de que para alcançar determinados fins o político deve prescindir da ética. Não é bem assim que acontece, visto que Maquiavel pensa que é sempre bom manter uma postura ética quando possível. O que ele defende é que um bom político, no caso um príncipe, deve ter *virtù*, que é maleável (utiliza-se o termo em latim para não confundir com virtude, que é fixa). *Virtù* é a capacidade de ler a realidade e tomar a melhor decisão para se manter o Estado, a ordenação política etc. Apesar desse termo não ter apenas essa acepção, pois há também a *virtù* do povo, das instituições etc., o foco dessa comunicação é discutir justamente a *virtù* dos grandes, que se pretende príncipe, ou seja, o poder de comandar. Sendo assim, o objetivo é discutir como os grandes podem adquirir e quais são os conhecimentos que eles devem ter para serem considerados com *virtù*.

Palavras-chave: ética; *virtù*; grandes.

RECONHECIMENTO E IDENTIDADE RACIAL: TENSÕES ENTRE A DIALÉTICA HEGELIANA E A MARGINALIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA

Ingrid Talissa Barbosa de Brito

ingridtalissa@discente.ufg.br

Resumo: Este trabalho propõe uma releitura da teoria do reconhecimento presente na Fenomenologia do Espírito, de Hegel, à luz das realidades contemporâneas das identidades racializadas. Na estrutura dialética hegeliana, a constituição da autoconsciência depende de um processo de mediação com o Outro, atravessado por momentos de luta, alienação e reconhecimento recíproco. O reconhecimento, nesse sentido, configura-se como elemento constitutivo da formação de um sujeito ético e livre.

Palavras-chave: Hegel; identidade racial; reconhecimento.

PRÁXIS E VICTA ACTIVA: O PROBLEMA DO TRABALHO EM KARL MARX E HANNAH ARENDT

Joaquim Onofre Silva Neto

jonofre@discente.ufg.br

Resumo: Essa pesquisa busca investigar a contraposição entre a concepção de trabalho em Hannah Arendt e em Karl Marx, enfatizando a hipótese de Arendt haver cometido alguns equívocos interpretativos ao analisar a teoria marxista. Ou seja, para Arendt, em A condição humana, Marx teria confundido animal laborans e homo faber, elevando o labor, categoria que estaria associada à necessidade biológica e à repetição dos ciclos naturais, a uma posição indevida na hierarquia das atividades humanas. No entanto, ao contrário dessa crítica, argumenta-se que Marx não reduz o trabalho à mera atividade animal, mas o compreende como práxis, isto é, como atividade criadora, social e histórica, essencial para a constituição do mundo humano e para a ação política. Essa investigação, portanto, tem por objetivo geral demonstrar como o conceito de práxis em Marx supera a fragmentação do conceito arendtiano de vita activa ao integrar trabalho, fabricação e ação política em uma visão unificada da atividade humana. Para sustentar esse argumento, serão analisados, além das obras de Marx, as considerações de Adolfo Sánchez Vázquez, que sistematiza o conceito de práxis no interior da tradição marxista. Nesse sentido, a tese central é a de que a crítica arendtiana resulta de uma abstração teórica que não se sustenta diante da materialidade do conceito marxista de trabalho. Nesse sentido, a pesquisa pretende contribuir para o debate filosófico ao mostrar que a práxis marxista não apenas distingue, mas articula as dimensões de trabalho e fabricação, vinculando-as à esfera pública e ao potencial emancipatório da política. Assim, busca-se oferecer uma reinterpretação capaz de reposicionar Marx no centro das discussões contemporâneas sobre trabalho, política e transformação social.

Palavras-chave: Karl Marx; Hannah Arendt; trabalho.

AUTOCONSCIÊNCIA EM FICHTE NA DOCTRINA DA CIÊNCIA DE 1794/1795

Jonathan Postaue Marques

jonathan_postaue@discente.ufg.br

Resumo: Na obra Fundamentos de Toda a Doutrina da Ciência (1794/1795), Fichte destaca que a autoconsciência possui uma estrutura pré-representacional, que constitui a condição de possibilidade da representação. Assim, explica-se como em nossa relação com o mundo podemos nos posicionar como sujeitos e não apenas como objetos. Inicialmente, constituímos a nós mesmos de modo espontâneo, por meio de um ato puro, no qual agente e produto são um em uma estrutura pré-representacional. Apenas em um segundo momento estabelecemos uma relação representacional com os conteúdos da consciência, objetificando a nós mesmos ou outros conteúdos. Os objetos — existentes ou não — estão presentes em nossa consciência, mas o sujeito é aquele que põe esses conteúdos no campo da consciência e, por isso, não pode ser confundido com o que é posto. Sobre o sujeito, portanto, nada pode ser afirmado, exceto que ele é um ato auto constituinte e não um mero objeto entre outros: o sujeito é apenas o que é. O fundamento, portanto, caracteriza-se como uma instância pré-discursiva: ele é indeterminado e condição de possibilidade dos estados determinados. Nesse sentido, a autoconsciência não é unicamente possibilitada por uma representação de si mesmo, tal como o ato de pôr a si com desejos e impulsos (estados determinados). Embora seja possível objetificar-se, tal objetificação não permite ocupar a posição de sujeito e consequentemente, a representação, isoladamente, não é suficiente para dar conta da estrutura completa da autoconsciência. Para ser autoconsciente, é necessária uma auto constituição pré-representacional, antes de uma auto objetificação. Diante disso, duas questões centrais emergem: como Fichte chegou à formulação de uma estrutura pré-reflexiva da consciência? E de que maneira a dimensão pré-reflexiva se articula com a reflexiva em sua teoria da subjetividade?

Palavras-chave: Fichte; subjetividade; autoconsciência.

TOMÁS DE AQUINO E A INTELECÇÃO DA ESSÊNCIA

Josué Vinícius Silva Castilho

josuevinicius@discente.ufg.br

Resumo: A proposta de distinguir o ato de ser da essência, apresentada do capítulo IV do opúsculo *De Ente et Essentia* de Tomás de Aquino, deu origem a uma série de debates entre comentadores acerca da validade e do escopo dos argumentos mobilizados por Tomás para provar sua tese. A principal disputa gira em torno do assim chamada Argumento da Intelecção da Essência (AIE), que consiste em declarar que o intelecto apreende a noção da essência como um todo, de tal sorte que, se algo não for apreendido no ato da intelecção, não deve ser considerado pertinente à noção da essência. Tomás ilustra seu argumento ao dizer que, na apreensão de essências como a do homem ou da fênix, não se lhes atribui o ser, ou seja, pode-se concebê-los ainda que não existam. Logo, o ser não é intrínseco à noção da essência. Esse argumento, todavia, esbarra num possível problema, a saber: é possível passar do âmbito conceitual para o plano da realidade sem qualquer qualificação? Wippel (1979) e Owens (1981) pensam que não. Para ambos, o AIE é uma etapa de um longo argumento que nos levará a concluir que ser e essência são realmente distintos. Por si só, o AIE é incapaz de chegar a essa conclusão. Contudo, pretendo oferecer nesta comunicação uma defesa do referido argumento e mostrar por que ele pode provar uma distinção real entre ser e essência. Para isso, vou me apoiar nas contribuições de Twetten (2019), que aduz para uma distinção pressuposta pelo AIE, a saber, a distinção entre essência e supósito.

Palavras-chave: intelecção; essência; metafísica.

A EXCITABILIDADE DAS IMAGENS PORNOGRÁFICAS A PARTIR DE JUDITH BUTLER

Joyce H Santos de Moraes

h_joyce@discente.ufg.br

Resumo: Judith Butler estabelece que o caráter excitável, inerente à linguagem, a coloca sempre, de alguma maneira, fora do nosso controle (2021). Dessa incontrollabilidade, surgem efeitos que podem ser considerados prejudiciais, como a compreensão de certos termos de forma oposta ao seu significado. Um exemplo disso é quando o “não” de uma mulher se torna um “sim” em contextos que erotizam a recusa sexual. Todavia, a filósofa destaca que é esta mesma dimensão que viabiliza redirecionar o poder do discurso potencialmente lesivo, por meio do que denomina “performatividade contraditória”. Deste modo, é possível transformar os significados de expressões, ainda que tenham sido repetidas no tempo de modo negativo, como ocorreu com o termo “queer”. É a partir dessa linha argumentativa que a autora se posiciona no debate acerca da dimensão autoritativa das imagens pornográficas com relação à subordinação das mulheres. Existem vários tipos de pornografia, contudo, a mais consumida é a “mainstream”, produções nas quais o desejo sexual é vinculado à violência historicamente direcionada a certos grupos de pessoas. Não se trata somente de um catálogo de fantasias violentas, mas de um modelo para jovens que querem descobrir quais movimentos são legítimos no jogo sexual. Diante disso, é a autoridade da pornografia que fomenta discussões acerca de seus efeitos na realidade social das mulheres. Nesse sentido, para Butler, os pornógrafos não detêm um poder soberano, as imagens que criam, assim como o “não” que é entendido como um “sim”, estão fora de controle, portanto, podem ser voltadas contra si mesmas. No entanto, ainda que a linguagem seja intrinsecamente excitável, é possível que tal dimensão seja explorada de maneira desigual entre os indivíduos? Em que medida a posição social daquele que utiliza uma imagem para provocar determinado resultado afeta diretamente a efetividade de seu ato?

Palavras-chave: performatividade; violência; pornografia; desejo;

A CRÍTICA HISTÓRICO-FILOLÓGICA DA MORAL EM HUMANO, DEMASIADO HUMANO

Júlio César Ferreira de Matos Freitas

cesarjulio@discente.ufg.br

Resumo: O escopo desta comunicação é apresentar a crítica histórico-filológica da moral presente em Humano, demasiado humano, de Friedrich Nietzsche (1844-1900), obra publicada inicialmente em 1878. Nesta obra, Nietzsche empreende uma crítica histórica e filosófica da moralidade. Ele reconhece que os fenômenos morais surgem, modificam-se e, por vezes, desaparecem. Há, portanto, em relação à obra analisada, duas situações a serem consideradas. Primeiramente, o caso de que o filósofo põe em perspectiva a sua própria avaliação da moral. Em segundo lugar, ele oferece explicações sobre a procedência da moral, como os valores funcionam em cada estágio histórico e como ele é desenhado ao longo das gerações. Nesse contexto, a crítica histórico-filológica da moral é estabelecida por meio da análise fisiopsicológica. A fisiopsicologia é a explicação da moralidade como um sistema de interpretações. Com o procedimento fisiopsicológico, Nietzsche pode avaliar de que modo as concepções de “bem” e “mal” foram constituídas ao longo da história. Neste contexto, a psicologia nietzschiana possui a tarefa de apontar que os sistemas morais são interpretações e expor as consequências dessas interpretações no corpo e na cultura. Os experimentos de pensamento de Nietzsche nos levam a interpretação de que a crítica à moral, no Humano, demasiado humano, está ancorada em uma posição antagônica. De um lado, o reconhecimento da obediência às leis morais e as sensações de prazer herdadas dos costumes, da expressão do poder de uma comunidade, da conservação de uma determinada moral –, análogo a um “jogo psicológico”; de outro lado, a denúncia, a partir da recusa de princípios metafísicos, da impossibilidade de criação e elaboração de juízos próprios diante da submissão moral de um indivíduo.

Palavras-chave: crítica; fisiopsicologia; Nietzsche; moral.

DROMOCRACIA E CRONOPOLÍTICA: AS RELAÇÕES ENTRE VELOCIDADE, TEMPO E POLÍTICA NA OBRA DE PAUL VIRILIO

Kaíque Agostineti

kaiqueagostineti@discente.ufg.br

Resumo: O presente trabalho propõe uma apresentação dos principais pontos do projeto de doutorado Dromocracia e Cronopolítica: as relações entre velocidade, tempo e política na obra de Paul Virilio. A pesquisa parte do diagnóstico de que o pensamento de Paul Virilio (1932 – 2018), embora decisivo para compreender tanto os contornos quanto as transformações tecnopolíticas da atualidade, ainda é pouco abordado, sobretudo no campo brasileiro da filosofia política. Nesse sentido, o estudo busca preencher essa lacuna e examinar os conceitos de dromocracia – o governo dos mais rápidos – e cronopolítica – o regime de poder fundado em uma administração do tempo – como chaves de leitura para repensar a relação entre velocidade, tempo e política. A hipótese central sustenta que a política ocidental é co-originariamente cronopolítica, isto é, constituída desde uma divisão e ordenamento temporal que estruturam o exercício do poder. Articulando a obra de Virilio a de autores como Foucault, Deleuze, Schmitt e Agamben, a pesquisa procura evidenciar como o Estado, a cidade e os outros corpos políticos podem ser compreendidos como máquinas de produção e controle de temporalidades. Desse modo, o trabalho pretende demonstrar a atualidade e a potência crítica do pensamento viriliano para os debates contemporâneos sobre as formas, as técnicas e as tecnologias do poder.

Palavras-chave: Paul Virilio; dromocracia; cronopolítica.

DA MORAL KANTIANA FRENTE AO HOLOCAUSTO

Larissa Broedel Melo

larissa.broedel@yahoo.com.br

Resumo: A investigação acerca da tensão conceitual entre as proposições kantianas e arendtianas, a saber, o mal radical e a banalidade do mal, traz a luz uma questão importante: seria possível aplicar a teoria moral kantiana à realidade descrita por Arendt, isto é, ao Holocausto? Durante o julgamento de Adolf Eichmann, um dos oficiais nazistas responsáveis pelo extermínio de dezenas de milhares de judeus, o réu menciona Kant em sua defesa, justificando suas ações a partir do princípio de obediência à autoridade. É verdade que em Teoria e Prática, Kant defende muito claramente que a legislação deve ser obedecida mesmo quando vai de encontro ao julgamento do individual do sujeito. O trecho sugere que, mesmo quando a legislação [de um estado] é contrária à felicidade de um povo e, por implicação, que se discorde de tal legislação, é imperativo obedecê-la. Em A Paz Perpétua, Kant argumenta que a injustiça das rebeliões pode ser explicada a partir do princípio transcendental da publicidade do direito público: são consideradas injustas as ações que decorrem de máximas que não podem ser publicamente reveladas sem frustrarem seu propósito. A justificativa provém do entendimento de que a publicidade das máximas das rebeliões provocaria oposição universal, o que atesta contra sua legitimidade. Contudo, a despeito da recusa categórica à desobediência civil, Kant defendia sumariamente o uso público da razão. O princípio de obediência ao soberano, ainda que imponha uma impossibilidade combativa ao regime, não suplanta o direito de manifestação pública nem a reprovação individual.

Palavras-chave: Kant; obediência; uso público da razão.

PRAZER E EUDAIMONIA NO PRIMEIRO TRATADO DO PRAZER

Leandra Machado de Oliveira Lobato Isecke

leandralobato0@gmail.com

Resumo: No capítulo 13, Aristóteles inicia sua exposição refutando a posição de Espeusipo, para quem a vida feliz consiste em um estado de neutralidade e ausência de perturbações, no qual o prazer ocuparia um ponto intermediário entre dois males: ele mesmo e a dor. Espeusipo sustentava que o bem residiria no centro, enquanto prazer e dor seriam extremos igualmente danosos. Aristóteles considera tal concepção insustentável, pois o prazer não pode ser essencialmente mau, já que é objeto de desejo quase universal, ao passo que a dor é evitada por todos. Assim, prazer e dor não podem ser estados neutros, mas contrários: a dor é essencialmente má, enquanto o prazer se apresenta como um bem. Encerrada a crítica, Aristóteles volta-se à investigação do prazer e de sua relação com a eudaimonia, formulando duas hipóteses. A primeira admite que certo tipo de prazer possa constituir o sumo bem, especialmente os prazeres naturais, cujo valor depende da disposição moral daquele que os deseja. A segunda hipótese sustenta que o prazer participa do sumo bem, de modo que a vida feliz é necessariamente prazerosa, embora o prazer não seja o bem supremo em sentido absoluto. A partir da primeira hipótese, Aristóteles argumenta que toda atividade desimpedida é acompanhada de prazer, e, sendo a eudaimonia a atividade mais perfeita e desimpedida da alma, ela é também a mais prazerosa. Desse modo, o prazer seria consequência intrínseca da vida virtuosa, e não seu fundamento. Na segunda hipótese, o filósofo observa que o fato de todos os seres buscarem o prazer indica sua conexão com o bem; contudo, ele é sumo bem apenas “em certo sentido”, pois a vida feliz é prazerosa em decorrência da virtude, e não do prazer em si. Assim, o prazer integra a eudaimonia, mas permanece dela dependente.

Palavras-chave: prazer; eudaimonia; felicidade; virtude; dor.

CONTRASTES ENTRE LOUCURA E NORMALIDADE: APONTAMENTOS A PARTIR DE NIETZSCHE

Lucas Romanowski Barbosa

lucas_romanowski@hotmail.com

Resumo: Para uma explanação introdutória sobre o termo “loucura”, faz-se necessário um delineamento para apontar a sua significação, mesmo que de maneira geral. Neste primeiro momento, alguns predicados podem nos ajudar a situar o que emerge da noção de loucura quando definida; de tal modo que desrazão, anormalidade, doença, domínio das paixões, devaneio do espírito, desordem do pensamento... tudo isso pode ser utilizado em referência à loucura. No entanto, a anormalidade se destaca entre os outros termos, pois tanto desrazão quanto doença e desordem indicam uma fuga do que se concebe por normalidade. O que é normal então? Apenas uma convenção arbitrária de costumes e ritos de obediência. Se a loucura se identifica com a anormalidade, então ela pode ser percebida como aquilo que foge das leis, dos costumes, da tradição. Poucas são as indicações de Nietzsche sobre uma definição de loucura, mas há alguns indícios que nos guiam por este caminho. Na *Gaia Ciência* (1882), §76, Nietzsche afirma que a universalidade e obrigatoriedade de uma crença é o que constitui o contrário da loucura e não apenas a desrazão. Ora, então o louco não seria aquele que se desvia dos costumes? A loucura não seria aquilo que possibilita a mudança de perspectiva em relação a uma tradição? Pois, neste sentido, uma coisa torna-se possível de afirmar: a loucura não obedece normas e leis, pois estas visam a previsibilidade. A loucura é imprevisível, inesperada, incoerente. Nossa hipótese, portanto, é de que a noção de normalidade é uma arbitrariedade, mas que reflete o limite em que se determina a loucura, afinal é sempre um outro que diz: este é louco!

Palavras-chave: normalidade; loucura; universalidade; costume.

CONTRIBUIÇÕES DO MATRIARCADO ARCAICO DE BACHOFEN AOS ESCRITOS DE NIETZSCHE SOBRE AS MULHERES

Luciene Marques de Lima

lucienemarquesdelima@gmail.com

Resumo: Este estudo é um excerto do texto da minha tese doutoral intitulada A mulher e o além-do-humano: Nietzsche para novas perspectivas de gênero. Trata-se de uma leitura sobre as contribuições de Johann Jakob Bachofen, magistrado, professor de direito aposentado, pesquisador entusiasta da Antiguidade grega e amigo pessoal de Nietzsche, com quem realizava trocas intelectuais. Apesar de não haver menções diretas às teorias de Bachofen nos escritos nietzschianos, registros das leituras de Nietzsche dos textos de Bachofen e alusões a suas ideias estão presentes nos textos de Nietzsche sobre as mulheres. Algumas pesquisadoras e pesquisadores da filosofia de Nietzsche identificaram em suas anotações pessoais referências às teorias do matriarcado arcaico de Bachofen, especialmente aquelas que tratam da transição de uma civilização arcaica matriarcal para o patriarcado, o que Nietzsche parece ter percebido como uma transvaloração de valores tão potente quanto foi a ascensão e preponderância do cristianismo no Ocidente. A investigação do pensamento dos precursores de Nietzsche sobre as mulheres tanto quanto a dos intérpretes e pesquisadores de sua filosofia, muito pode colaborar para a compreensão das posições do filósofo sobre as mulheres. Quando Nietzsche tece sua crítica às mulheres do seu tempo, o faz com base na ideia de um período em que as mulheres eram tidas em um lugar de honra, de poder e mesmo de reverência.

Palavras-chave: Nietzsche; Bachofen; mulheres; gênero.

QUANDO A VIDA SE DESVIA: CANGUILHEM E A PEDAGOGIA DO MONSTRO

Marcos Bruno Silva

marcosbruno2786@gmail.com

Resumo: O espanto diante do estranho, identificado por Aristóteles como origem do filosofar, é retomado por Georges Canguilhem para pensar a monstruosidade como problema biológico e filosófico. Longe de ser compreendido como mero desvio, erro ou falha vital, o monstro, em sua obra, constitui uma forma de existência possível, que desafia a ordem habitual da normatividade biológica e questiona os limites e as fronteiras entre o normal e o patológico. Este trabalho tem como objetivo analisar a noção de monstruosidade em Canguilhem, defendendo que ela não apenas problematiza a regularidade vital, mas também lança luz sobre os limites das concepções modernas de normalidade e saúde. A análise concentra-se nas obras *O normal e o patológico* e *A monstruosidade e o monstruoso*, destacando como a figura do monstro revela a dimensão criadora e plural da vida. Argumenta-se que a monstruosidade, ao obscurecer categorias como normal e anormal e sucesso e fracasso, abre espaço para compreender dimensões da vida não tão habituais à percepção humana, como, por exemplo, um campo de desvios e alteridades radicais. Tal leitura possui relevância contemporânea ao dialogar com debates biopolíticos e necropolíticos, que também interrogam os critérios e os juízos de valor atribuídos às diversas e, surpreendentes, formas de vida: “diversidade não é doença”, já alertava Canguilhem, em sua obra clássica *O normal e o patológico*. Assim, a figura do monstro em Canguilhem constitui um operador conceitual fundamental, capaz de reposicionar o pensamento filosófico sobre vida, norma e diferença.

Palavras-chave: Monstruosidade; vida; norma; Georges Canguilhem.

PHRONESIS E CIÊNCIAS SOCIAIS: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Matheus Gabriel Barbosa

matheusgabriel@discente.ufg.br

Resumo: O artigo revisa o uso de phronesis (“sabedoria prática”) nas Ciências Sociais, tomando como base Aristóteles (Ética a Nicômaco) e a proposta de Bent Flyvbjerg (Making Social Science Matter). Em Aristóteles, phronesis é a capacidade de deliberar bem sobre fins corretos e meios adequados em contextos contingentes, distinta de episteme e techne. Flyvbjerg traduz isso em uma ciência social frônica, voltada a juízos práticos sobre valores e poder, que remete, na ciência política, ao clássico conceito de Lasswell, que afirmou que as políticas públicas devem ser analisadas com foco em “quem ganha o que, como e quando”. A presente revisão de literatura busca aprofundar a compreensão sobre o estado da arte da aplicação do conceito de phronesis nas ciências sociais, como abordagem epistemológica específica. Para tanto, foram identificadas as aplicações desse conceito aristotélico nas ciências sociais, constatando-se que as tensões envolvem a complexa articulação entre pragmatismo, valores, teoria e análise empírica. Um quadro analítico é desenvolvido para auxiliar na aplicação e no desenvolvimento de uma ciência social frônica que seja útil aos pesquisadores sociais, sem perder a essência do conceito filosófico, tal como concebido por Aristóteles.

Palavras-chave: phronesis; sabedoria prática; ciências sociais; revisão de literatura; Aristóteles.

(RE)PENSAR O PARALELISMO EM ESPINOSA: UMA DISCUSSÃO SOBRE LINHAS, PONTOS E CONTÍNUO

Maykel Mizael de Paiva

maykelmpaiva@hotmail.com

Resumo: Apesar da noção de paralelismo não ser usada pelo próprio Espinosa em seus textos, ela é adotada amplamente pelos seus comentadores e intérpretes para explicar muitas das relações contidas na sua filosofia: relações essas entre os Atributos, entre os Modos de diferentes Atributos e também entre os Modos de um mesmo Atributo, como no caso da “ideia” e a “ideia da ideia”. Tal noção, retirada da filosofia leibniziana, é problemática em muitos níveis, mas mais especificamente na imagem em que ela carrega: a dos Atributos como retas, linhas paralelas que expressam, cada um em seu âmbito, tudo aquilo que é expresso nos outros âmbitos. Nessa imagética, os Modos, portanto, se comportariam como pontos, compondo de maneira descontínua aquilo que é contínuo, em que para cada uma modificação que ocorre num Atributo específico deve ocorrer uma modificação nos outros infinitos Atributos diversos deste. O que isso forma é um monólito substancial, uma Substância monolítica, algo muito próximo a uma das críticas que Hegel faz à ontologia espinosana, qual seja, a de ter uma Substância tautológica, imóvel e cujos Modos – afecções da Substância – são ilusões, sem existência real e, por isso, sem importância. A pergunta do porquê o paralelismo ter aderido tão fortemente à filosofia de Espinosa e, mais urgente, do como entender essas paralelas não é arbitrária, mas fundamental para preservar a efetividade dos Modos Finitos. Haveria, então, uma outra maneira de compreender a linha que preserva, na relação entre seus elementos e suas paralelas, a continuidade e a multiplicidade da Substância, ou seja, da Sua absoluta infinitude? Uma resposta pode ser sinalizada a partir da Carta 12 de Espinosa, a Carta sobre o Infinito, pensada em conjunto com as contribuições matemática-filosóficas da Análise Suave e da lógica intuicionista.

Palavras-chave: Espinosa; paralelismo; contínuo.

ENTRE ARCOS, FLECHAS E GUERRAS: AS SOCIEDADES INDÍGENAS DE TODOS UNS

Maxury Milena Morene

maxmiller@discente.ufg.br

Resumo: O artigo propõe uma crítica à constituição do Estado a partir da obra Discurso da servidão voluntária, de Étienne de La Boétie, articulando-a com o pensamento de Pierre Clastres, Ailton Krenak e outras vozes indígenas. Contrapõe-se duas formas de organização sociopolítica: a sociedade do “todo um”, centralizada, hierárquica e tirânica, versus a sociedade dos “todos uns”, plural, igualitária e comunitária, exemplificada pelas sociedades indígenas sul-americanas. A análise denuncia a lógica colonial e estatal como resultado de um “mau encontro” histórico que desnatura o humano, separando-o da liberdade originária e da Mãe-Terra. Por meio da lógica dos contrários, evidencia-se que as sociedades indígenas não apenas existiram sem Estado, mas foram organizadas conscientemente para impedir seu surgimento, mantendo formas de vida livres, circulares e conectadas ao sagrado da Natureza. O texto, assim, reitera a urgência de resgatar epistemologias contra-hegemônicas que rompam com a colonialidade do poder e reafirmem a dignidade dos corpos-territórios e das Naturezas.

Palavras-chave: estado; servidão voluntária; sociedades indígenas; liberdade.

CORPO E BIOFILOSOFIA

Nélio Borges Peres

nelinperes@gmail.com

Resumo: Existem concepções de corpo que influenciaram diretamente no modo de vida humano. Ciente de que existem corpos que são marginalizados ou invisibilizados pela sociedade, adoto a noção de metacorpos de François Dagognet para dialogar a respeito do corpo a partir da existência da dualidade corpo e mente (ou alma ou espírito). Empiricamente, vejo corpos emergirem da terra como formas diferentes combinando aspectos inorgânicos e orgânicos, numa espécie de simbiose. O conceito de metacorpos nos ajuda a visualizar que os aspectos orgânico e inorgânico não podem se separar quando o assunto é o corpo. Com Dagognet (2012) aprendo que falar de um dos aspectos do corpo humano, como o biológico ou só o filosófico, sem mencionar o outro, é como falar de um cadáver ou de uma alma penada. O corpo é natural e cultural, orgânico e inorgânico. Tentarei mostrar como as determinações biológicas do corpo nos leva a agir de formas diferentes uns dos outros e como a cultura dita normas em relação ao corpo e como essas normas agem sobre as pessoas. Coagidas a se conformar, seja por medo de um castigado ou porque será recompensada, cada pessoa produz hábitos em suas vidas, e como isso se repete, certos padrões de comportamento são naturalizados. Como viver em sociedade significa se submeter à lógica da cultura, as pessoas se definem pelas atividades mentais e corporais que praticam habitualmente. Daí vem a dificuldade de discernir entre o que é natural e o que é cultural em relação ao corpo. Nada que impeça compreender que o corpo humano é sempre o corpo de uma pessoa real, concreta, com uma história, e que a experiência do corpo é sempre transformada pela experiência da percepção do que é necessário e chamado de “natural” e traduzido pela cultura como um conjunto de normas e valores.

Palavras-chave: corpo; metacorpos; biofilosofia; Dagognet.

A TENSÃO APOLÍNEO-DIONISIÁCA NA ESCRITURA CLARICIANA: CONSIDERAÇÕES INICIAIS DE UMA LEITURA FILOSÓFICA

Octavio Augusto Ferreira Soares

octavio.contatoliteratura@gmail.com

Resumo: Esta comunicação apresenta considerações iniciais de uma pesquisa que investiga a presença filosófica da tensão apolíneo-dionisiaca na obra de Clarice Lispector. Parte-se da compreensão aristotélica da tragédia como ordenação da ação por meio da forma, para então acompanhar o deslocamento nietzschiano desse paradigma: o trágico deixa de ser representação moralizante do destino e se torna afirmação vital, resultado do embate irreduzível entre a forma estabilizadora do sonho (Apolíneo) e a força disruptiva da ebriedade (Dionisiaco). A hipótese preliminar é que a escritura clariciana atualiza esse conflito sem conciliá-lo, ao fazer da linguagem um acontecimento que simultaneamente organiza e excede o mundo. Em obras como *A maçã no escuro*, *A paixão segundo G.H.* e *Água viva*, a escrita não traduz a realidade: ela a reinventa, instaurando uma ontologia estética que desestabiliza identidades e opera pela criação incessante de sentidos. Desse modo, supomos que Lispector não tematiza o trágico, mas o pratica, transformando a literatura em forma de pensamento e em experiência de transfiguração do real. Este estudo, em andamento, busca assim compreender a obra clariciana como campo filosófico, no qual a arte resiste ao niilismo contemporâneo não por negar a vida, mas por recriá-la.

Palavras-chave: Nietzsche; Clarice Lispector; trágico; estética; linguagem.

O PROBLEMA METAFÍSICO DA LIBERDADE NA *CRÍTICA DA RAZÃO PURA*

Paola Dias Bauce

paola.dias@discente.ufg.br

Resumo: A presente comunicação tem por objetivo examinar o conceito de liberdade transcendental tal como desenvolvido por Immanuel Kant nas Antinomias da razão pura (B432–595), seção que compõe a exposição dialética da Crítica da razão pura. O problema da liberdade, segundo Kant, não deve ser tratado sob uma perspectiva fisiológica, mas sim enquanto questão transcendental, visto que se baseia em aspectos dialéticos de nossa inteligência. Nesse contexto, a liberdade figura como uma ideia cosmológica da razão pura, isto é, uma ideia que emerge naturalmente quando a razão busca a totalidade incondicionada das condições de ocorrência dos fenômenos. Desse modo, essa ideia conduz inevitavelmente a um conflito cosmológico, expresso na terceira antinomia (B472-479), na qual a razão se vê dividida entre dois princípios igualmente válidos: de um lado, o determinismo de uma causalidade por natureza, que submete todos os fenômenos à cadeia causal empírica; de outro, a exigência de uma causa absolutamente livre e espontânea, posta como condição de possibilidade desta mesma cadeia causal. Kant demonstra que esse conflito não pode ser resolvido no âmbito da experiência, mas apenas pela filosofia transcendental, ao se estabelecer a distinção entre fenômeno e coisa em si, proposta pela posição de seu idealismo transcendental. A exposição busca, assim, reconstruir os passos de sua argumentação, mostrando como a liberdade pode ser pensada como uma possibilidade, ainda que sua realidade jamais possa ser estabelecida seguramente. Por fim, questiona-se se Kant oferece fundamentos suficientes para assegurar a confluência entre liberdade humana e estrutura causal da experiência, preservando sua epistemologia ao configurar a liberdade como um problema de ordem transcendental.

Palavras-chave: liberdade transcendental; antinomias da razão pura; ideia cosmológica; idealismo transcendental; Crítica da razão pura.

HANNAH ARENDT E A CRÍTICA AO PENSAMENTO ENGAJADO

Paulo Ricardo Gontijo Loyola

gontijoloyola@yahoo.com.br

Resumo: Em "Hannah Arendt sobre Hannah Arendt" (texto que apresenta discussões ocorridas em Toronto, no ano de 1972, em um colóquio sobre a sua obra), Arendt expõe de forma clara e direta a sua crítica ao pensamento engajado – aquele que se põe a serviço da ação política. Arendt não acredita que ser um teórico político e estar engajado sejam coisas incompatíveis, mas deixa claro que pensar e agir não são a mesma coisa. Para ela, é equivocada a ideia de que, para o teórico político, pensar também seja agir. Ao contrário, aquele que pensa deve em grande medida abster-se do comprometimento. Pensar e agir são duas posições existenciais muito diferentes. Pensar para compreender é algo bem diverso de posicionar-se para agir. Para Arendt, o comprometimento pode facilmente levar a um ponto em que não se pensa mais. É presunção querer instruir um outro adulto sobre política. Deve-se, sim, suscitar e despertar no aprendiz o exercício do pensamento, acostumando-o a refletir com mentalidade alargada. A instrução há de se dar como resultado da troca de opiniões com os pares. É preciso "pensar com" antes de "pensar contra". O pensamento precisa manter independência em relação a interesses pessoais e compromissos com grupos. O comprometimento transforma o "pensar com" em "pensar contra", e o pensamento, conquanto não perca a sua qualidade dialogal, põe-se a serviço de uma das perspectivas e a salvo dos questionamentos das demais: questiona, mas não é questionada. O pensamento crítico há de ser também fortemente autocrítico, submetendo à inspeção os próprios hábitos de pensamento, pressuposições e opiniões apressadas. Pensar autocriticamente significa abrir a questionamentos nossas próprias ideias, para conhecer e investigar as suas implicações.

Palavras-chave: Hannah Arendt; pensamento crítico; pensamento engajado.

REFLEXÕES SOBRE O CONCEITO DE VERDADE: ARTICULAÇÃO DA ADEQUATIO DE TOMÁS DE AQUINO E O SABER ABSOLUTO DE HEGEL

Robson Caixeta Silva

robson_caixeta@hotmail.com

Resumo: Esta comunicação procura desenvolver uma compreensão do conceito de verdade numa leitura que aproxima Tomás de Aquino e Hegel: de um lado, a "adaequatio rei et intellectus", entendida por Tomás como transcendental do ente e como adequação entre intelecto e coisa; de outro, o Saber absoluto, resultado do processo dialético em que a substância se revela como sujeito e o Espírito se sabe como Espírito. A problemática pergunta qual tem primazia na busca da verdade: a realidade (ente) ou a racionalidade (intelecto); e se há um ponto de encontro entre uma verdade dada e uma verdade que se realiza como construção do pensar. Com base nisso, os objetivos desta pesquisa são: (I) explicitar a definição tomista de verdade, seu estatuto de transcendental e em Deus; (II) expor a noção hegeliana de verdade como devir do conceito até o Saber absoluto, quando o conteúdo recebe a figura do Si; (III) verificar a possibilidade de articular adaequatio e Saber absoluto tomando Deus/Espírito Absoluto como chave; e (IV) indicar limites e desdobramentos. Quanto às conclusões, entende-se que, em Tomás, a verdade criada participa da Verdade primeira: em Deus, por simplicidade, há identidade de ser, intelecto e ato de conhecer; no humano, a verdade dá-se na relação intelecto-res. Em Hegel, o verdadeiro é o todo: a verdade não é correspondência estática, mas o movimento pelo qual a substância torna-se sujeito e o Espírito retorna a si no Saber absoluto. Da comparação resulta uma convergência: ambas as perspectivas sustentam a inteligibilidade do real e remetem a uma unidade mais intensa de ser e pensar no absoluto, ainda que diverjam quanto ao modo dessa racionalidade (fixa e criada em Tomás; processual e histórica em Hegel). Assim, "adaequatio" e Saber absoluto não são antípodas, mas vias complementares para pensar a verdade como manifestação e realização do absoluto.

Palavras-chave: verdade; Hegel; Tomás de Aquino; absoluto.

SOBRE O LIVRO III DO ENSAIO ACERCA DO ENTENDIMENTO HUMANO DE JOHN LOCKE

Ronaldo José Moraca

ronaldomoraca@gmail.com

Resumo: É correto afirmar que John Locke faz parte de um seleto grupo de filósofos que apresentaram teses originais em mais de uma área do conhecimento filosófico. Uma rápida pesquisa atestará que o espólio intelectual legado por Locke tem sido periodicamente re-visitado por intelectuais com os mais diversos interesses. É fácil notar, também, que esse retorno, em sua grande maioria, ocorre em virtude do interesse e atualidade das teses políticas e epistemológicas apresentadas pelo filósofo inglês em suas obras. Não demanda muito esforço perceber a pertinência, em nossos dias, de uma filosofia política comprometida com a tolerância, a igualdade e a liberdade. Assim como, todos sabemos que, qualquer investigação séria acerca da nossa capacidade cognitiva exige uma leitura da principal obra de Locke *Ensaio Acerca do Entendimento Humano* (1690) (daqui a diante usaremos para nos referir a essa obra o termo *Ensaio*). Nessa obra ele, de forma original, coloca como ponto de partida para a investigação filosófica o entendimento humano. O exame acerca do entendimento, que a partir de Locke torna-se tarefa primordial da filosofia, exige daqueles envolvidos grande esforço e atenção. Sem as discussões em torno da capacidade que o homem possui de conhecer, não é possível determinar com precisão a origem, o alcance e o fundamento do conhecimento humano. Desta forma, Locke sustenta a primazia das questões epistemológicas sobre os temas clássicos da ontologia e, por consequência, das questões metafísicas. No entanto, um tema relevante tem merecido pouca atenção entre os estudiosos de Locke e somente timidamente permeado as discussões em torno das teses por ele apresentadas, a saber: a linguagem. Retomando rapidamente a estrutura do *Ensaio* podemos extrair quatro grandes temas, presentes respectivamente, nos quatro livros que compõem a obra: uma ampla refutação dos princípios e ideias inatas, em seguida, ocorre a discussão sobre como as ideias se tornam objeto do conhecimento, posteriormente, é oferecida uma indicação de como se estabelece a relação entre as palavras e as ideias e, por fim, se coloca a questão do conhecimento e da probabilidade. Aparentemente esses temas estão inter-relacionados? A questão central que colocamos nessa exposição é: o que permite estabelecer a unidade do *Ensaio*?

Palavras-chave: John Locke; linguagem; unidade.

O TRABALHO COMO UNIDADE DA VIDA ÉTICA NO HEGEL DE JENA

Sabrina Paradizzo Senna

sabrinasenna@discente.ufg.br

Resumo: Nesta comunicação, pretendo demonstrar que o trabalho é mediador fundamental entre o sujeito individual e o coletivo, desempenhando um papel formador tanto do espírito quanto da eticidade. Além de uma atividade produtiva, o trabalho se apresenta como um meio de legitimação política através dos estamentos (que são compreendidos como espaços de organização e concretização social), elemento essencial na constituição da vida ética. A tese defendida é de que o trabalho é a instância capaz de unificar as três dialéticas da eticidade (linguagem e reconhecimento), sendo o termo médio entre elas. A satisfação e a fruição do trabalho estão intrinsecamente vinculadas à capacidade de integrar o indivíduo à comunidade ética, na medida em que o produto e a ferramenta do trabalho não são apenas instrumentos de produção, mas também meios de integração social e de reconhecimento. A ferramenta, nesse contexto, está diretamente relacionada à estruturação dos estamentos e à mediação das relações sociais, desempenhando papel decisivo na participação ética e no reconhecimento recíproco. Com o advento das máquinas, a transformação do processo produtivo amplia a participação nos estamentos e na vida política, afetando de modo direto a moralidade e a justiça no ambiente de trabalho. Assim, a divisão do trabalho também se vincula à vida ética, pois organiza a produção e estrutura a participação política e social, contribuindo para o reconhecimento do indivíduo como agente ativo na transformação política e moral da sociedade. Cada estamento exerce função essencial na formação da moral coletiva e no fortalecimento da coesão social. O trabalho, enquanto atividade universal, garante a participação política independentemente da posição social e constitui um meio para que os indivíduos se tornem agentes do reconhecimento mútuo, promovendo a integração no âmbito da comunidade ética.

Palavras-chave: Trabalho; Hegel; Jena.

O HOMEM DE MASSA E OS MOVIMENTOS TOTALITÁRIOS, UMA LEITURA A PARTIR DE HANNAH ARENDT

Samarone de Oliveira Lopes

samaronefilosofia@gmail.com

Resumo: Em *Origens do Totalitarismo*, 1951, Hannah Arendt afirma que o apoio singular das massas e de sociedade massificadas é decisivo para a ascensão de movimentos totalitários. Por mais que um governo tirânico ou arbitrário pudesse operar de modo a destruir a liberdade política, somente no totalitarismo o terror agiria como agente capaz de eliminar qualquer resquício de espaço onde os homens pudessem deliberar sobre os assuntos humanos. Dessa maneira, o terror se encarregaria de eliminar indivíduos para o bem da própria espécie; sacrificando homens para o bem da humanidade. Os movimentos totalitários apresentam sua estrutura de poder centrados nas massas e não em classes, partidos ou nos cidadãos. Após a I Guerra, as massas atingem importância central no desempenho do movimentos totalitário. Nota-se um processo de massificação social, que, por sua vez, possibilita a chamada psicologia do homem de massa. Esse comportamento ou psicologia caracteriza-se pelo desprezo dos padrões morais e da vida pública, tornando este agente alimentado ideologicamente pelo racismo e antissemitismo em busca de sucesso e fama. Disto se estabelece o culto à personalidade, comum nos regimes totalitários. O totalitarismo substitui os padrões de compreensão baseados na realidade por uma ideologia cuja lógica rigorosa se assenta na autoridade do líder, em que tudo deveria fazer sentido. Objetivando a dominação total do homem o totalitarismo busca a legitimidade dos seus propósitos em algo que está para além do gênero humano. Ao executar as leis da Natureza ou da História, a legalidade totalitária não se ocupa em traduzi-las em critérios do certo e do errado para os seres humanos individuais, mas à humanidade.

Palavras-chave: sociedade de massas; movimentos totalitários; estrutura de poder.

FOUCAULT E SUELI CARNEIRO: PODER E RACIALIDADE NAS INSTITUIÇÕES BRASILEIRAS

Suyane Quirino de Melo

suyaneqm@ufg.br

Resumo: Em *O sujeito e o poder* (1995), Michel Foucault apresenta a relação sujeito-poder, de maneira que uma análise das relações de poder torna-se necessária para a compreensão da constituição dos sujeitos históricos. Longe de ser uma substância, o sujeito, para Foucault, está calcado nos saberes de uma época, que não são atemporais, nem a-históricos e, por isso mesmo, são produzidos por determinadas relações de poder. Considerando o contexto social, cultural, político e econômico brasileiro, emergem discussões no âmbito das relações de poder existentes, e, conseqüentemente, das subjetividades constituídas na contemporaneidade brasileira. A presente comunicação busca evidenciar como a análise dessas subjetividades é significativamente relevante, uma vez que os sujeitos constituídos por elas fazem parte de lógicas de racionalidade presentes nas diversas instituições brasileiras. Nesse sentido, um dos dispositivos que operam é o dispositivo de racialidade, analisado por Sueli Carneiro em *Dispositivo de Racialidade* (2023). Este se manifesta empreendendo um conjunto de práticas que inscrevem o lugar do “eu” e do “outro”, construindo relações e constituindo sujeitos importados das contingências dadas do período escravocrata. Carneiro observa que, assim como há um dispositivo de sexualidade, apresentado por Foucault em *História da Sexualidade* (1976), existe um dispositivo de racialidade presente no Brasil, que constrói o sujeito branco a partir da negação de um Outro.

Palavras-chave: Foucault; Sueli Carneiro; dispositivo de racialidade; instituições brasileiras.

EDUCAÇÃO, POLÍTICA EDUCACIONAL E ENSINO DE FILOSOFIA: CONTRIBUIÇÕES ESPINOSANAS PARA UMA EMENDA DEMOCRATIZANTE

Victor Fiori Augusto

viefiori@gmail.com

Resumo: O objetivo desta comunicação é apresentar alguns dos resultados de minha pesquisa de doutoramento, intitulada “Emenda democratizante e educação na filosofia de Espinosa”. Trata-se, mais especificamente, de mostrar de que maneira a filosofia espinosana – especialmente quando lida sob a chave do conceito de emenda democratizante – pode contribuir para refletirmos acerca da educação, das políticas educacionais e do ensino de filosofia. Para isso, exporemos, em primeiro lugar, em que consiste a ideia de emenda democratizante presente no pensamento político de Espinosa, a qual pode ser entendida como um esforço por aproximar, tanto quanto possível, o corpo político do império totalmente absoluto ou da democracia, forma social na qual há plena coincidência entre quem governa e quem é governado. Em seguida, evidenciaremos as concepções de educação e de política educacional que podem ser depreendidas da obra espinosana e como elas se relacionam com a noção de emenda democratizante. Por fim, buscaremos mostrar como a filosofia – entendida como criação de conceitos e como um modo de vida – e seu ensino podem ser úteis para uma emenda democratizante do corpo político, sobretudo quando o ensino de filosofia envolve um engajamento político-pedagógico contra a destruição da natureza, contra a superstição, contra o racismo e contra a opressão de gênero.

Palavras-chave: Espinosa; educação; política educacional; ensino de filosofia; emenda democratizante.

DE KANT À HANNAH ARENDT: O MAL RADICAL

Vinicius Araujo da Silva Nascimento

viniciusnascimento@discente.ufg.br

Resumo: Durante toda a tradição filosófica, o mal sempre foi encarado como uma espécie de fraqueza humana. Independentemente das causas disso, nunca foi concebível que alguém pudesse desejar o mal por ele mesmo, ou ainda, que ele pudesse tomar proporções tão horrendas como as formas assumidas no século XX. Uma espécie de mal sistemático, absoluto, desarraigado; um mal que tornasse as pessoas tão supérfluas ao ponto de não ser necessário mais que a simples disposição de indivíduos para que ele possa existir: uns para serem ocuparem os papéis de carrascos e outros para ocuparem os papéis de vítimas. Claro que todas essas concepções sempre estiveram ligadas à períodos do pensamento humano com suas respectivas linhas, todavia, até então, o mal nunca tomara as proporções reconhecidas nos movimentos totalitários do século XX. Para que as marcas do mal pudessem se instaurar pela humanidade e chegarem ao seu ápice, foi preciso a morte da pessoa jurídica, a morte da pessoa moral e a morte da individualidade, derrubando barreiras e limites, mostrando com o exemplo dos campos de concentração que tudo é possível. É um mal que transforma a brutalidade, violência e o terror em coisas banais, instauradas e propagadas através do simples modo hodierno de governar. Esse novo tipo de mal a tradição filosófica não concebe; mesmo Kant como membro dela, mas o primeiro a suspeitar de um "mal radical", ainda que avistando, não se arrisca a abordar tal tipo de concepção e permanece no mal como uma espécie de perversidade da alma. À esse tipo de mal, Arendt dedica em parte de seus escritos, dando à ele um caráter político, distante de uma simples perversidade na alma, ou ainda, confusão no processo de discernimento do espírito com influência das paixões.

Palavras-chave: mal institucionalizado; limites morais; perversidade da alma; responsabilidade moral

VERDADE E GENEALOGIA À LUZ DO PENSAMENTO MADURO DE NIETZSCHE

Vinícius Ferreira Borges

vinicius.ferreira@discente.ufg.br

Resumo: Esta comunicação propõe uma análise do conceito de verdade à luz da genealogia em Friedrich Nietzsche, destacando como, em sua filosofia madura, ela (a genealogia) se torna um operador crítico que desloca a verdade de sua posição metafísica para uma perspectiva histórico-cultural. Em *Além do Bem e do Mal* (1886) e *Genealogia da Moral* (1887), Nietzsche ironiza a pretensão da filosofia tradicional de buscar a verdade como um valor absoluto e intrinsecamente bom. Ao problematizar a “vontade de verdade”, o filósofo sugere que essa busca não é expressão de uma razão pura, mas produto de relações de poder, de valores morais e de contingências históricas que moldam o próprio desejo de conhecer. Sob a ótica genealógica, a verdade não é descoberta, mas produzida — efeito de forças que se afirmam, dominam e interpretam o mundo segundo seus interesses. Assim, o procedimento genealógico opera uma dessacralização da verdade, revelando-a como construção contingente e moralmente situada, e não como essência universal. A crítica nietzschiana não se limita, portanto, ao campo epistemológico; ela é, antes, uma crítica moral, uma maneira contrafactual de investigar origens, condições históricas e relações de poder que tornaram certos valores e “verdades” possíveis e dominantes. A genealogia, ao escavar as origens e metamorfoses dos valores, permite desnaturalizar o que se apresenta como necessário e eterno. Com efeito, Nietzsche rompe com a tradição metafísica inaugurada por Sócrates e Platão e reconfigura a filosofia como um exercício de espanto (*thaumatzeln*), em que o problema do valor da verdade supera a própria busca da verdade. A genealogia, portanto, ressignifica o conceito de verdade ao situá-lo no âmbito da interpretação e da criação de sentido, abrindo espaço para uma filosofia que reconhece a pluralidade, a historicidade e o caráter perspectivo de toda forma de saber.

Palavras-chave: genealogia; verdade; moral; metafísica.

O PROBLEMA DA PREDICAÇÃO DO ENTE EM JOÃO DUNS SCOTUS

Wallece José Silva Lima

wallece@discente.ufg.br

Resumo: Um dos problemas centrais da produção filosófica escolástica – sobretudo daquela inserida na tradição aristotélica – é a resposta à pergunta: “como o ente pode ser dito de realidades diversas?”. Tal problema insere-se também no contexto do debate medieval a respeito de outra questão, a saber, a da própria possibilidade da metafísica. Dentre as diversas respostas ao problema da predicação do ente e, conseqüentemente, à possibilidade da metafísica, destaca-se aquela formulada por João Duns Scotus (1266–1308). É conhecida a posição do filósofo segundo a qual o ente é dito de modo unívoco em relação ao Criador e à criatura. Contudo, na trajetória intelectual de Scotus, a defesa da univocidade não foi afirmada sem uma análise prévia das demais possibilidades de predicação, ou seja, a analogia e a equivocidade. Esta apresentação tem como objetivo geral expor o modo pelo qual Scotus se insere no debate a respeito das possibilidades de predicação do ente, sobretudo em sua consideração da recepção das propostas de tradição aristotélica, favoráveis à analogia do ente, vigentes no período de sua atividade intelectual. O objetivo específico é apresentar a resposta de Scotus presente no Livro IV dos Comentários à Metafísica de Aristóteles, obra em que o filósofo lida com as possibilidades de afirmar a univocidade, analogia ou equivocidade do ente.

Palavras-chave: univocidade; metafísica; ente; Duns Scotus.

ABAIXANDO PARA PEGAR O PODER - UM DIÁLOGO ENTRE HANNAH ARENDT E OS YIPPIES NO PALCO COMBATIVO DOS ANOS 1960

Wander Arantes de Paiva Segundo

segundo666hellawaits@gmail.com

Resumo: O objetivo desse texto consiste em analisar as semelhanças existentes entre o conceito de ação de Hannah Arendt descrito em *A condição humana* e o tipo de ação combativa ao governo e ao status quo estadunidense promovida na segunda metade da década de 1960 pelo movimento político de extrema esquerda Youth International Party (Yippie) nos protestos anti guerra e pelos direitos civis que ocorreram nas ruas dos EUA, a partir das obras publicadas por dois de seus principais mentores Abbie Hoffman e Jerry Rubin. Nosso objeto, portanto, se concentra em demonstrar a existência de uma conexão entre o pensamento arendtiano e a ação de grupos de protesto radicais como o Yippie, e outros que surgiram ao longo do século XX e começo do XXI, e como esta conexão teria influenciado o atual panorama político. Embora contemporâneos e atuando no mesmo país, Arendt e o partido Yippie não possuem qualquer registro de interação. Os comentários de Arendt, principalmente em *Sobre a violência* acerca dos grupos de protesto e contra culturais que atuavam nas ruas estadunidenses durante o período são demasiadamente generalizados a ponto de não se distinguir exatamente a qual dos diversos grupos atuantes naquele período estes comentários se aplicam. A partir da leitura de obras como *Revolution for the hell of it* e *Steal this book* de Hoffman e *Do It e We are Everywhere* de Rubin podemos perceber que ambos também não citam a autora como uma influência ou qualquer apontamento de conhecer sua obra, porém ao analisarmos o conceito de ação de Arendt e contrastá-lo com o manifesto Yippie e a narrativa de suas ações no contexto revolucionário da época podemos perceber uma série de semelhanças. Tais semelhanças se dariam através da concepção da ação como redentora da atividade política individual, se tornando uma espécie de segundo nascimento para quem participa de atividades políticas assim como da ocupação da esfera pública por grupos que moldam suas ações utilizando-se do caráter de imprevisibilidade e irreversibilidade para arquitetar acontecimentos únicos e inéditos que desafiam e subvertem a ordem estabelecida através da associação coletiva em prol do comum, onde cada indivíduo seria um ator responsável por atuar na esfera pública em prol de uma transformação política comum. Cabe a nós então focar nosso estudo a partir dos textos citados e compreender a aproximação entre o pensamento arendtiano e os grupos de resistência que tomaram conta da esfera pública a partir de meados do século XX e sua peculiar forma de fazer política.

Palavras-chave: Hannah Arendt; desobediência civil; protestos de rua; contracultura; Filosofia Política.

TEOLOGIA HERÉTICA E ESTÉTICA CRÍTICA: A QUESTÃO DAS PROMESSAS NA ARTE CONTEMPORÂNEA SEGUNDO WALTER BENJAMIN

Ysnay Barbosa Santos

ysnaybarbosa@discente.ufg.br

Resumo: A obra de Walter Benjamin é conhecida por ser atravessada pela dicotomia entre a tradição freudo-marxista e o pensamento teológico alinhado à mística judaica. Esses temas encontram no pensamento benjaminiano uma interseção que produz uma filosofia radical e crítica, tanto no sentido epistemológico quanto estético e político. Nesta comunicação, pretende-se evidenciar a presença e os aspectos do messianismo filosófico nos debates de estética no pensamento benjaminiano a partir da dicotomia entre alegoria e símbolo em *Origem do drama barroco alemão* (1928), identificando os contrastes e rompimentos com as reflexões sobre estética e filosofia da arte na tradição idealista. Pretendemos refletir sobre esses contrastes através da ideia de promessas, tal como Monique Roelofs em *A promessa cultural do estético* (2023) formula a ideia de promessas culturais do estético, identificando falsas promessas que foram quebradas no decorrer da história da filosofia, sejam do projeto iluminista ou do reino de Deus. A representação simbólica, típica das filosofias do idealismo alemão que, em acordo com suas epistemologias, busca compreensões totalizantes e imediatas tanto dos fenômenos artísticos quanto do conhecimento, é radicalmente confrontada pelas calamidades do século XX, expondo as falsas promessas do iluminismo e do racionalismo. O objetivo será o de estabelecer paralelos entre a obra de Benjamin e a de Roelofs, buscando atualizar a discussão benjaminiana e de outros autores da tradição da teoria crítica a partir do tema da promessa na arte contemporânea.

Palavras-chave: Walter Benjamin; teoria crítica; promessa cultural; arte contemporânea; messianismo filosófico.

